

PIB: Economia está estagnada e revela declínio em outubro

Carlos Moura - STF



‘Miliciano não pode ter lugar no Estado de Direito e muito menos na polícia’, diz Fachin

“Quem faz operação autônoma não é policial, é miliciano. E miliciano não pode ter lugar no Estado de Direito e muito menos na polícia”, afirmou o ministro do STF Edson Fachin, relator do julgamento sobre a letalidade das operações policiais no Rio de Janeiro. Apesar do STF ter retomado o tema no dia 15, o julgamento só será concluído em 2022, após o recesso. **Pág. 3**



AFP



Economia está muito mal e sem perspectiva de melhoras à frente

O anúncio da retração de 0,7% do índice Monitor do Produto Interno Bruto (PIB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de outubro em relação a setembro, divulgado dia 17, é mais um indicador de que economia está muito mal. “A economia brasileira continua

estagnada com declínio em outubro comparado a setembro e paralisada em relação ao mesmo mês do ano passado”, afirmou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV. No trimestre encerrado em outubro, em comparação com o trimestre anterior, a economia teve uma variação de apenas 1,0%. **Pág. 2**

Frente ampla antifascista leva Gabriel Boric à vitória no Chile

AFP



“Serei o presidente de todos os chilenos e todas as chilenas. Vocês serão protagonistas do nosso governo”, afirmou Gabriel Boric diante de uma multidão reunida no domingo no Centro de Santiago, comemorando sua vitória no segundo turno das eleições presidenciais. A vitória de Gabriel Boric expressa o apoio que ele reuniu no segundo turno de uma ampla frente de forças políticas chilenas, que possibilitou a derrota do retrocesso representado pelo candidato pinochetista, Antonio Kast. A diferença final ficou em mais de 11 pontos percentuais: 55,9% a 44,1%. **Página 7**

IR: Governo não corrige a tabela e 15 milhões vão pagar mais caro

Em mais um ano sem o reajuste da tabela do Imposto de Renda, 15 milhões de pessoas que deveriam ser isentas do imposto deverão pagar o tributo em 2022. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), sem a correção, todas as pessoas com salário superior a R\$ 1.904 estão pagando injustamente o IR. **Pág. 5**

Bancada evangélica libera jogos de azar em troca de igrejas não pagarem IPTU

A Câmara dos Deputados aprovou, na quinta-feira (16), o regime de urgência para o projeto de lei que tenta legalizar os jogos de azar no Brasil, em acordo feito pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com a bancada evangélica. Para acelerar, Lira garantiu aos evangélicos a aprovação de uma PEC isentando os templos religiosos de pagarem o IPTU. **Pág. 3**

Cine-Teatro Denoy de Oliveira exibe “Narradores de Javé” em 35mm

O Cine-Teatro Denoy de Oliveira inaugurou na quinta-feira (16) seu projeto de 35 mm com a exibição do filme “Narradores de Javé”, de Eliane Café. O momento, intitulado como uma “sessão de esperança” no pós-pandemia, marcou a retomada das exibições presenciais no Cine-Teatro. **Pág. 4**

Lula e Alckmin se encontraram em jantar em SP

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (sem partido) jantaram juntos no dia 19. O evento contou com 500 convidados. **P. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Economia continua estagnada, com queda de 0,7% em outubro

De acordo com o Monitor do PIB da FGV, a economia brasileira caiu 0,7% em outubro na comparação com setembro e segue paralisada em relação ao mesmo mês do ano passado

O anúncio da retração de 0,7% do índice Monitor do Produto Interno Bruto (PIB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de outubro em relação a setembro, divulgado nesta sexta-feira (17), é mais um indicador de que economia está muito mal e sem perspectivas de melhoras à frente.

“A economia brasileira continua estagnada com declínio em outubro comparado a setembro e paralisada em relação ao mesmo mês do ano passado”, afirmou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV. No trimestre encerrado em outubro, em comparação com o trimestre findo em julho, a economia teve uma variação de apenas 1,0%.

“Há que levar em conta que o mês de outubro do ano passado teve resultado negativo, o que tornaria mais fácil crescer neste ano. Considerando a comparação mensal, os serviços cresceram puxados por Outros Serviços; a única exceção foi o Comércio. A indústria apresentou resultado negativo puxado pela forte queda da indústria de transformação, enquanto a agropecuária apresentou forte crescimento”, analisa Considera.

SEM INVESTIMENTOS

De acordo com o Monitor, a Formação Bruta de Capital Fixo, que são os investimentos, cresceu 7,6% no trimestre móvel findo em outubro em comparação ao mesmo período do ano passado, mas ressalta “a visível queda nas taxas de crescimento desde o mês de junho deste ano”.

“O investimento teve forte queda no interanual em outubro, mas continua com taxas altas no acumulado de 12 meses, provavelmente influenciada pela internalização das plataformas de petróleo com o

término do estímulo tributário. Ou seja, isto é apenas um efeito estatístico já que as plataformas já existiam e sempre foram operadas pela Petrobrás em águas territoriais brasileiras. Não é um novo investimento”, afirma Claudio Considera.

A queda registrada pelo Monitor do PIB foi ainda maior do que a retração de 0,4% apontada pelo Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central em outubro, na comparação com o mês anterior.

O PIB é divulgado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2020 sofreu uma queda de 4,1%, o pior resultado da taxa histórica, iniciada em 1996. No primeiro trimestre deste ano, o PIB variou 1,2%, no segundo e o terceiro trimestres ficou no vermelho, com quedas de 0,4% e 0,1%, respectivamente.

Os dados do IBC-Br, do Monitor da FGV e os indicadores da produção industrial, do comércio varejista e do setor de serviços, divulgados pelo IBGE no mês de outubro, todos negativos, apontam para mais um trimestre no vermelho, num cenário de elevadíssimo desemprego, subemprego, redução da renda, inflação de dois dígitos, ente outros indicadores negativos.

Diante dessa tragédia, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, anunciou que vai continuar elevando as taxas de juros: “tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”... da banca. E Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro, espalha seus fake news de que a economia está decolando em “V”, com as taxas de juros “escalando o Everest”, concentrando renda nas mãos dos bancos, arrojando o consumo das famílias, os investimentos e o capital de giro das empresas.

Inflação e queda na renda, derrubam o faturamento dos restaurantes em 4,4%

Com o avanço da vacinação e a flexibilização das atividades econômicas, o setor de restaurantes reabriu as portas mas enfrenta a triste realidade que atinge os brasileiros: inflação em alta, desemprego elevado e queda na renda. Em outubro, o faturamento do segmento apresentou queda anual de 4,4% na comparação com o mesmo mês de 2020, segundo levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em parceria com a Alelo.

“Mesmo com a reabertura e avanço da vacinação, o setor de restaurantes ainda enfrenta um cenário difícil. Uma das justificativas é a inflação, que acaba pressionando o segmento a repassar os aumentos para os clientes, associada a fraqueza econômica e queda na renda dos brasileiros”, destaca o presidente da Alelo, Cesarino Nakamura.

Segunda a sondagem, que busca analisar o desempenho dentro do cenário da pandemia e considerar a inflação no período, “o valor gasto em outubro de 2021 foi 27,6% inferior ao observado no mesmo mês de 2019”. Além disso, “no mesmo horizonte comparativo, o número de transações efetivadas pelos estabelecimentos foi 44,0% menor, ao passo que o número de estabelecimentos que efetivaram ao menos uma transação no segmento permaneceu 4,7% abaixo do patamar pré-pandemia”, diz a nota do Índice de Consumo em Restaurantes (ICR).

O ICR revelou também uma queda de 0,5% na quantidade de vendas e um recuo de 3,1% no número de estabelecimentos

que efetivaram pelo menos uma transação no mês de outubro.

“A avaliação dos resultados de outubro de 2021 tem como destaque a deterioração do consumo em restaurantes em todas as aberturas do indicador (número de estabelecimentos, volume de transações e valor das transações) tanto na comparação em 12 meses (outubro de 2020) quanto em 24 meses (outubro de 2019). Isso implica reconhecer que o desempenho do consumo do segmento não reagiu como se esperava, até o referido mês, aos avanços positivos da vacinação e a consequente flexibilização das regras sanitárias, permanecendo aquém dos níveis pré-pandemia. Como hipótese, é possível associar esses resultados ao cenário mais geral, que combina fraqueza econômica, inflação, queda na renda e, consequentemente, no poder de compra da população”, dizem a Fipe e Alelo.

Para supermercados, o consumo cresceu 2,6% em termos de valor total gasto na comparação com outubro de 2019. No entanto, o volume de transações foi 9,2% inferior na mesma base comparativa. No acumulado de 12 meses, o valor gasto nos supermercados apresentou queda de -0,6%.

A inflação geral acumula alta de 10,74% em 12 meses, até novembro, com a economia oficialmente em recessão e o desemprego elevado. Diante disso, o governo resolveu elevar a taxa básica de juros da economia (Selic) para 9,25% ao ano, que, além de ser travador de investimento, é uma paulada no consumo.



Bolsonaro e o presidente do Banco Central

Bolsonaro quer apagar fogo da inflação com a gasolina do juro

Bolsonaro conseguiu o que parecia impossível: fazer com que a economia padeça, em simultâneo, com a disparada da inflação e com uma brutal recessão. A inflação, em 10,74%, foi detonada pelo próprio governo ao acabar com os estoques reguladores de alimentos. A inflação elevada também é provocada por aumentos de preços de bens e serviços monitorados pelo governo, como a energia elétrica e a gasolina, que têm os preços atrelados ao mercado internacional e ao dólar.

Em novembro, a taxa da inflação foi puxada pelo aumento da gasolina que subiu 7,4% em relação a outubro e acumulando alta de 50,8% em 12 meses. Dispararam também os preços do etanol, 10,5%, do óleo diesel, 7,5% e do gás veicular, 4,3%..

O Brasil está em recessão técnica – dois trimestres seguidos com crescimento do PIB, soma de tudo produzido no país, negativo. Segundo o IBGE, houve uma retração de 0,1% do PIB no terceiro trimestre deste ano, depois de cair 0,4% no segundo trimestre. A indústria caiu 4,1% em relação fevereiro de 2020.

Como o que está ruim sempre pode piorar, o governo teve a brilhante ideia de apagar o incêndio inflacionário com a gasolina da taxa de juros. Na quarta-feira, 8/12, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a taxa básica de juros da economia (Selic) em 1,5 ponto percentual, de 7,75% para 9,25% ao ano — maior patamar desde julho de 2017. De março para cá, o Copom já aumentou por sete vezes seguidas a Selic.

A ideia, se é que se pode chamar isso de ideia, é, com os juros na Lua, atrair capital estrangeiro especulativo, valorizar o real, baratear as importações e forçar a redução dos preços dos concorrentes nacionais, em plena recessão. Só que, com a insegurança que o governo Bolsonaro exala, ninguém, nem mesmo os especuladores, se atreve a arriscar seus dólares.

Se o plano funcionasse, Bolsonaro ia tocar fogo no que resta de atividade econômica no país.

CARLOS PEREIRA



Com a indústria no vermelho e sem investimentos, cresce o trabalho precário

Governo vende campos de Sélia e Atapu, no pré-sal, os mais produtivos do mundo

País ficou com 37% de excedente em óleo nos dois campos, quando o padrão mundial é de 60%, afirma especialista. TotalEnergies, Petronas, Shell e Qatar Petroleum adquiriram o óleo com a participação da Petrobrás

O Consultor Legislativo aposentado do Senado, Paulo César Ribeiro Lima, analisou o resultado do leilão dos campos de petróleo de Sélia e Atapu, no pré-sal, realizados na sexta-feira (17). Em seu artigo “O ‘mercado’ até que salvou um pouco o melancólico ‘leilão’ de Sélia e Atapu”, ele denuncia que o governo pretendia ficar com apenas 15% e 5,85% respectivamente nos dois campos. Segue o artigo na íntegra.

“O ‘mercado’ até que salvou um pouco o melancólico ‘leilão’ de Sélia e Atapu”

Foi realizado no dia 17 de dezembro de 2021 a 2ª Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa de Sélia e Atapu. Nesses campos, estão localizados poços dentre os mais produtivos do mundo; só perdem para Búzios, também localizado no Pré-Sal brasileiro. São poços com produções diárias acima de 57 mil barris por dia de óleo equivalente. São produções extraordinárias. Poços com essa produção, geralmente,

não são “leiloados”, pois o Estado assume o controle da produção e toda a renda petrolífera.

No entanto, o Brasil optou por “leiloar” esses campos sob o regime de partilha da produção. Para Sélia foram apresentadas apenas duas propostas. Para um excedente em óleo mínimo para a Uno de apenas 15,02%, a proposta vencedora, apresentada pelo consórcio composta por TotalEnergies, Petronas e Qatar Petroleum, ofertou um excedente em óleo para a União de 37,43%. Apesar do ágio de 149,20%, esse excedente é baixo para os padrões internacionais, normalmente superiores a 60% para reservatórios não tão bons. A proposta da Petrobrás foi derrotada, mas a estatal exerceu seu direito de preferência e passou a compor o consórcio vencedor com 30%. Os 70% restantes ficaram assim divididos: TotalEnergies com 28%, Petronas com 21% e Qatar Petroleum com 21%.

No caso de Atapu, houve apenas uma oferta de um consórcio formado por

Petrobrás (52,5%), Shell (25%) e TotalEnergies (22,5%). Para um excedente em óleo mínimo para a União de apenas 5,89%, a proposta vencedora desse consórcio ofertou um excedente em óleo para a União de 31,68%. Apesar do ágio de 437,86%, esse excedente é ainda menor que o da oferta vencedora de Sélia. Ágios tão altos evidenciam quão baixos foram os excedentes em óleo mínimos para a União.

É importante ressaltar, contudo, que o resultado do “leilão” poderia ter sido muito pior, pois o governo brasileiro, no caso de Atapu, estava disposto a aceitar apenas 5,89% de excedente em óleo para a União.

Em suma, dois campos onde estão localizados poços dentre os mais produtivos do mundo foram leiloados com baixa disputa, já que foram apresentadas apenas três ofertas. Como o resultado poderia ter sido desastroso, o “mercado” até que salvou um pouco o melancólico “leilão”.

PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA



Famílias de menor renda substituem a carne por pedaços de ossos doados

67% da população brasileira sequer consome carne bovina

A inflação do país alcança 10,74% em 12 meses. A combinação da carestia com juros altos e desemprego se manifesta em drásticas mudanças na vida das famílias brasileiras. Segundo pesquisa da empresa de análises Bare Internacional, a grande maioria dos brasileiros já opta pelo consumo de proteínas mais baratas, estoca alimentos em promoções e tem recorrido à bicos para complementar as rendas corroidas pela política econômica do atual governo.

A pesquisa realizada em novembro aponta que 76% dos entrevistados declaram que trocaram a carne por proteínas mais baratas, como frango (57%), seguido do ovo (19%), peixes, com exceção do salmão (15%), cortes menos nobres de boi (14%) e porco (6%). No Brasil de Bolsonaro, a população não pode mais

comer picanha ou filé mignon: 75% dos brasileiros deixaram de consumir picanha e 73% nem chega perto do filé mignon. Com a inflação da carne vermelha nas alturas (em média 50% nos últimos 12 meses), 67% alegam que sequer consomem carne bovina no dia a dia.

“As pessoas não apenas estão optando por produtos mais baratos, mas já começam a retomar antigos hábitos como o de estocar itens em promoção”, avalia a gerente da Bare no Brasil, Tânia Alves.

A prática de procurar produtos mais baratos e de estocar comida em promoção já é um hábito de 51% dos entrevistados.

Para poder botar comida na mesa, 89% tiveram que cortar gastos com vestuário, viagens e entretenimento.

Segundo a pesquisa, 69% deixaram de viajar ou comprar roupas. Quanto ao entretenimento, 68% da população cortou gastos com cinema, shows e teatro.

Para tentar complementar a renda, muitos se viram obrigados a buscar alternativa na dupla jornada.

“Os bicos têm sido a salvação inclusive para a parcela que está empregada – 60% começaram a pegar trabalhos extras, o que pode ser reflexo da falta de reajustes ou de aumentos que não acompanharam a inflação”, afirma Tânia.

Comparando os dados com pesquisas semelhantes realizadas em outros países, a Bare Internacional aponta que a escalada do custo de vida foi sentida globalmente, mas que no Brasil foi muito mais intensa e perversa para a população.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.F.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Bancada recuou e fez negócio com projeto Bancada evangélica libera jogos de azar em troca de isenção de IPTU das igrejas

A Câmara dos Deputados aprovou, na quinta-feira (16), o regime de urgência para o projeto de lei que tenta legalizar os jogos de azar no Brasil, em acordo feito pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), com a bancada evangélica.

Para acelerar a tramitação do PL, Lira garantiu para os evangélicos a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que isenta todos os templos religiosos de pagarem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), inclusive se organizações religiosas forem apenas locatárias do imóvel. Diante desse compromisso, a bancada evangélica na Câmara votou a favor do regime de urgência para o projeto dos jogos de azar, contra o qual sempre se posicionaram.

A medida afetará diretamente os cofres públicos das cidades brasileiras, pois trata-se de um tributo municipal.

Ainda que com regime de urgência, o Plenário da Câmara só poderá avaliar o PL que legaliza os jogos de azar em fevereiro do ano que vem.

O presidente Arthur Lira tentou defender a proposta, sem comentar que, atualmente, grande parte dos jogos de azar é dominada pelo tráfico de drogas.

“Todos sabem que tem cassino, que existe bingo, que existe caça-níquel, que existem apostas virtuais eletrônicas que são debitadas em cartão de crédito e pagam impostos no exterior, jogo do bicho”, disse ele.

O regime de urgência da matéria foi aprovado com 293 votos a favor e 138 contra.

A PEC que isenta as igrejas de pagarem IPTU, que é um enorme ganho para a bancada evangélica, foi aprovada no segundo turno com 376 votos favoráveis e 30 contrários.

A PEC é de autoria do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB-RJ), que já foi preso por organizar um esquema de corrupção em seu governo.

O acordo de “troca de votos” entre as duas matérias foi firmado diretamente entre Arthur Lira e o líder da bancada evangélica, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP).

Bolsonaro cai na esbórnia e deixa crianças sem vacinas



Deboche com o povo, Bolsonaro dança e se diverte enquanto o país passa fome

“Miliciano não pode ter lugar no Estado de Direito e muito menos na polícia”, diz Fachin

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou na quarta-feira (15), em sessão presencial, o julgamento sobre a letalidade das operações policiais no Rio de Janeiro.

Até o momento, apenas os ministros Edson Fachin, relator do processo, e Alexandre de Moraes leram seus votos. Porém, em razão da falta de espaço na pauta até o início do recesso Judiciário, a partir da semana que vem, a conclusão do julgamento vai ficar para 2022.

Ao fazer a complementação do voto que já havia sido dado no plenário virtual, Fachin fez duras críticas aos abusos policiais.

“Quem faz operação autonomizada não é policial, é miliciano. E miliciano não pode ter lugar no Estado de Direito e muito menos na polícia”, afirmou o ministro.

Ele criticou a política de segurança do Rio de Janeiro e defendeu que o uso da força letal deve ser o último recurso da polícia. Edson Fachin também apontou que a decisão da Corte segundo a qual as operações em favelas do Estado poderiam ocorrer durante a pandemia apenas em casos excepcionais vem sendo descumprida.

“A crise da segurança pública, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro, é um verdadeiro estado de coisas inconstitucional. Nada evidencia mais esse estado de coisas do que as recentes notícias de ações policiais que descumprem a determinação do Plenário do Supremo Tribunal Federal no sentido de que apenas em casos excepcionais as operações poderiam ser realizadas”, disse.

A decisão liminar de Fachin restringindo a realização das operações policiais foi tomada em junho do ano passado e posteriormente referendada pelo plenário.

O ministro ressaltou que a excepcionalidade não é uma invenção ou capricho do STF, mas exigência da obrigação do Estado de proteger a vida.

“No Estado de Direito democrático não pode existir operação de vingança, quem as promove e quem delas participa viola não apenas a ordem deste tribunal, mas comete também abuso de autoridade. No Estado de Direito democrático não pode existir execução extrajudicial, nem resistência seguida de morte, quem as promove e quem delas participa abusa da autoridade e ataca frontalmente o Estado. No Estado de Direito democrático não pode existir execução tortura. No Estado de Direito democrático não existem mortes com merecimento. O Estado jamais pode tirar a vida de alguém apenas porque tem maus antecedentes. No Estado de Direito não se pode tolerar a impunidade dos agentes que, tendo autoridade pública, dela abusam para praticar crimes”, defendeu.

Fachin sugere a criação de um observatório no próprio STF para monitorar as reiteradas operações com mortes e relatos de abusos policiais. Também defendeu a necessidade de investigar operações mal executadas.

Em novembro, oito pessoas foram encontradas mortas em um mangue no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ), após uma operação realizada pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar do Rio. No mês de maio, a Polícia Civil protagonizou uma das maiores chacinas da história do país na favela do Jacarezinho, na capital fluminense. Ao todo, 27 pessoas foram assassinadas por agentes civis, sendo a maior parte deles investigados pela

Justiça e sem informações periciais claras que indiquem confronto em algumas cenas de crime.

“Operação não justificada ou mal planejada e o uso desproporcional da força violam as normas de conduta policial. Se, em razão disso, pessoas vierem a ser atingidas, é necessário investigar a responsabilidade do agente do Estado”, observou.

Em seu voto, Fachin propõe priorizar a instalação de GPS e câmeras nas viaturas e fardas de policiais que realizam operações em favelas e comunidades pobres. Também votou para que os arquivos digitais das gravações sejam enviados ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

A letalidade das operações policiais no Rio vem sendo analisada pelo STF desde maio do ano passado, a partir de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), conhecida como “ADPF das Favelas”.

Na ação, o partido pede a intervenção do Supremo para obrigar o governo fluminense a implementar medidas voltadas à redução da violência policial no Estado. Foi no âmbito desta ADPF que os ministros determinaram a suspensão das operações em favelas durante a pandemia, salvo em situações excepcionais.

O ministro Alexandre de Moraes colocou em dúvida a capacidade do tribunal de fiscalizar o cumprimento da decisão. “Não discordo de nenhuma das premissas lançadas, mas tenho dúvidas em relação a várias das medidas adotadas, se serão realmente eficazes e, mais ainda, se é possível o Supremo Tribunal Federal fiscalizar essas medidas”, avaliou.

Lula e Alckmin se encontraram em jantar na capital paulista

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (sem partido), encontraram-se em jantar em São Paulo, neste domingo (19), que contou com 500 convidados.

O jantar foi promovido pelo grupo Perrogativa – integrado por advogados, juristas e artistas – no restaurante A Figueira Rubaiyat, em São Paulo. O convite do evento custou R\$ 500.

Estiveram presentes no evento, políticos de vários partidos, a exemplo dos governadores Flávio Dino (PSB/MA) e Rui Costa (PT-BA), dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Renan Calheiros (MDB), Omar Aziz (PSD-AM), deputados Gleisi Hoffmann (PT), Alessandro Molon e Marcelo Freixo (PSB), ex-prefeita Marta Suplicy, ex-prefeito

Fernando Haddad (PT), entre outros.

O jantar ocorre após intensa movimentação em que Alckmin tem sido cotado para compor uma chapa com Lula na disputa para a presidência nas eleições de 2022.

Alckmin anunciou sua saída do PSDB no último dia 15 e ele mesmo admitiu a possibilidade de ser candidato a vice-presidente na chapa de Lula.

A chapa tem sido articulada, além de Lula, pelo ex-governador Márcio França (PSB) e pelo ex-prefeito Fernando Haddad (PT).

“O processo ainda está começando. É hora de grandeza política. É hora de união”, disse Alckmin no evento.

Lula declarou que “não importa se fomos adversários”. “O grave momento do Brasil não dá a nenhum de nós o direito de desistir. Não é

tarefa para uma pessoa só. Não importa se fomos adversários, se trocamos algumas botinadas, se dissermos o que não deveríamos. O tamanho do desafio que temos pela frente faz de cada um de nós um aliado de primeira hora. Estamos unidos pela fé na democracia e perseverança de construir um Brasil melhor”, disse.

No início de novembro, Lula fez fortes elogios ao ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB). “Eu tenho uma extraordinária relação de respeito com Alckmin, eu fui presidente quando ele foi governador, nós conversamos muito”, disse Lula, destacando que há da parte dele “muito respeito em relação ao ex-governador”.

“Não há nada que aconteceu [entre ele e Alckmin] que não possa ser reconciliado”, acrescentou.

Em plena segunda-feira, no dia 20, na praia de Guarujá, São Paulo, ele dançou funk e se esbaldou na festança

O Brasil inteiro está preocupado com os graves problemas que afligem a população. Um deles é a vacinação das crianças contra a Covid-19. Afinal, elas não estão ainda vacinadas e, portanto, estão vulneráveis ao vírus.

As crianças podem até não apresentar quadros graves, mas, segundo os especialistas, são transmissoras e têm uma alta taxa de mortalidade. Já morreram 1.148 crianças de 0 a 9 anos da doença desde o início da pandemia, segundo o SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade). São 1.600 menores de 18 anos que perderam a vida na pandemia. A Covid matou mais crianças no país que doenças com vacina em 15 anos, informa levantamento feito pela Fiocruz.

DANÇANDO E ZOMBANDO DO POVO

Mas, Bolsonaro não demonstra nenhuma preocupação com as crianças. Ao contrário, está dançando e zombando do povo na praia em plena segunda-feira de trabalho. Diferente da maioria do país que trabalha a semana inteira, a expectativa é que o chefe do Executivo só retorne a Brasília na próxima sexta-feira (23).

Aliás, com seu funk, ele não só revela seu desprezo para com a saúde das crianças, pois, mesmo na praia, ele continua defendendo intensamente que menores de 11 anos não sejam vacinados.

Além de ser contrário à imunização das crianças, Bolsonaro ainda ficou com revoltado porque a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou o uso da vacina da Pfizer em menores e 11 anos. O “capitão cloroquina” chegou ao cúmulo de ameaçar publicamente os servidores da Anvisa por terem autorizado a vacinação infantil.

Nesta segunda-feira (20), a agência informou ao governo, à PGR e ao Ministério da Justiça sobre o alto risco de violência. Os ataques se intensificaram nas últimas 24 horas, após Bolsonaro fazer ameaças em sua live de quinta-feira (16). A Anvisa informou no domingo (19) que, após a intensificação de ameaças de violência contra seus diretores e servidores, expediu ofícios reiterando pedidos de investigação e de proteção policial aos seus funcionários. O documento é assinado pelo diretor-presidente, Antônio Barra Torres, e outros quatro diretores.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que deveria zelar pela saúde dos brasileiros, resolveu, para agradar o “chefe”, retardar ao máximo a posição do órgão sobre o início da vacinação. Ele disse que “a pressa é inimiga”. Ele e Bolsonaro, realmente, não estão com a mínima pressa. Se depender deles, não haverá vacinação das crianças. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF), mais uma vez, foi acionado contra mais essa sabotagem de Bolsonaro e deu 48 horas de prazo para o governo apresentar um plano de vacinação das crianças.

“NÃO HAVERÁ VACINAÇÃO DE CRIANÇAS”

Em entrevista no fim de semana, também em Guarujá, Bolsonaro seguiu ameaçando quem autorizou a vacinação das crianças. afirmou que se depender dele não haverá vacinação nenhuma. “Se depender de nós, nem a tua é obrigatória, é liberdade. Criança é coisa muito séria. Não se sabe os possíveis efeitos adversos futuros. E inacreditável, desculpa aqui, o que a Anvisa fez. Inacreditável”, disse Bolsonaro para um apoiador.

“Vem da Saúde isso aí. Vacina para criança: primeiro, só autorizado pelo pai”, disse ele, mostrando que, além de negacionista, não entende nada de vacina e sabe menos ainda sobre as famílias ou sobre as normas de saúde pública. Nenhuma criança vai sozinha aos postos de saúde. Elas sempre vão acompanhadas de pais ou responsáveis. Com essa manifestação, só demonstra sua abismal ignorância.

Mais uma vez, em tom de ameaça, atacou governadores e prefeitos. “Se algum prefeito, governador, ditador aí quiserem impor, é outra história. Mas por

parte do governo federal tem que ter autorização dos pais. Tem que ter receita médica”, acrescentou ele, da praia, em entrevista para a emissora VTV, afiliada do SBT. A entrevista foi um show de ignorância sobre saúde pública.

Em vários países do mundo as crianças já estão sendo vacinadas, incluindo EUA, China e países da União Europeia, com resultados satisfatórios, tanto em relação à eficácia das vacinas contra o vírus, quanto à sua segurança. No Brasil, para aprovar o uso da vacina da Pfizer para crianças de 5 a 11 anos, a agência ouviu diversas entidades médicas – incluindo a Sociedade Brasileira de Pediatria e a Sociedade Brasileira de Imunizações.

PAZUELLO DE JALECO
Rasgando seu diploma e visando uma candidatura qualquer em 2022, Queiroga resolveu se transformar num capacho total do Planalto. Um “Pazuello de jaleco”, como ele já está sendo chamado.

O ministro saiu defendendo a posição indefensável de Bolsonaro. afirmou que a decisão do governo em vacinar crianças de 5 a 11 anos será tomada somente no dia 5 de janeiro, após audiência pública a ser realizada no dia anterior. Em conversa com jornalistas, Queiroga disse que a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não é decisão suficiente para viabilizar a vacinação para esse grupo.

“[Só a autorização da Anvisa] não é suficiente. Porque, se você olhar todas as políticas públicas do Ministério da Saúde e verificar todas as autorizações que a Anvisa deu em relação a medicamentos, a dispositivos médicos, basta ver o que tem autorizado pela Anvisa e o que está incorporado no SUS [Sistema Único de Saúde]. São avaliações distintas”, disse.

A própria Câmara Técnica de Assessoramento em Imunizações do Ministério da Saúde, acionada pelo governo para retardar o processo, desmentiu Queiroga, declarando-se favorável à vacinação das crianças. O órgão divulgou seu parecer sobre a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19. A câmara técnica aprovou com unanimidade a utilização da vacina da Pfizer no grupo. A reunião ocorreu na última sexta-feira (17), contrariando a informação do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de que o encontro aconteceria apenas no dia 22.

Esse comportamento de Bolsonaro contra a vacinação das crianças não é novidade. Sua postura sempre foi contrária às imunizações e demais medidas sanitárias contra o vírus. Foi contra todas as vacinas. Retardou o quanto pode a sua compra. Só quando São Paulo anunciou que iniciaria a vacinação com a CoronaVac, saiu correndo atrás do prejuízo. Chegou a espalhar mentiras, entre as quais a de que as vacinas causariam doenças graves. Teve até seus perfis bloqueados nas redes sociais por espalhar falsas informações sobre a pandemia.

TESE DA IMUNIDADE DE REBANHO
Bolsonaro é um defensor da tese genocida da imunidade de rebanho. Ou seja, ele defendeu o tempo todo que a população se infectasse amplamente para adquirir “imunidade natural”. O mundo inteiro condenou essa visão, pelo número de mortes que causaria, mas ele insistiu e defende até hoje as aglomerações, o não uso de máscara e a não vacinação da população. Tanto que até hoje ele não se vacinou. Tentou até impedir, sem sucesso, que sua mãe, uma senhoria de mais de 80 anos se vacinasse.

Sua sabotagem às vacinas, e o retardar o início da imunização dos brasileiros, levaram a que mais de 615 mil brasileiros morressem, tornando o Brasil o segundo país do mundo em número absoluto de mortes. Diversos especialistas afirmam que mais de dois terços dessas mortes poderiam ter sido evitadas, não fosse o comportamento irresponsável de Jair Messias Bolsonaro de sabotar as medidas sanitárias de proteção da população e de retardar a compra das vacinas.

Luiz Fux: “combatemos com posições firmes o negacionismo e as ameaças à democracia”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, afirmou, em discurso de encerramento do ano judiciário, que a Corte defendeu com “posições firmes” a democracia diante de “duras” ameaças às instituições democráticas e priorizou “salvar vidas e garantir a saúde dos brasileiros, sempre valorizando a ciência e rechaçando o negacionismo”.

“Ao longo do último ano, esta Suprema Corte e o Poder Judiciário como um todo também enfrentaram ameaças retóricas, que foram combatidas com a união e a coesão de seus ministros, e ameaças reais, enfrentadas com posições firmes e decisões corajosas desta Corte”, pontuou.

“Ao mesmo tempo em que o Supremo Tribunal Federal esteve ao lado dos cidadãos brasileiros, honra-nos constatar que os cidadãos brasileiros também permaneceram ao lado do Supremo Tribunal Federal, mesmo nos momentos mais tormentosos, e especialmente diante das ameaças mais duras às instituições democráticas”, acrescentou.

O discurso foi feito em sessão realizada na sexta-feira (17), que encerrou o ano do Poder Judiciário.

O presidente do STF destacou que os demais ministros da Corte “tiveram sensibilidade e sensatez para colocar a defesa das instituições e da democracia brasileira à frente de quaisquer outros objetivos”.

“O Supremo Tribunal Federal demonstrou, por atos, palavras e julgamentos, que está comprometido com a Constituição Federal e que não medirá esforços para cumprir a missão que lhe foi conferida pela população brasileira, qual seja, a de proporcionar a toda sociedade um país mais justo, pautado pelas leis, no qual os brasileiros convivam com respeito e com harmonia em meio às suas naturais diferenças”, asseverou.

Para Luiz Fux, “após um ano desafiador, a democracia venceu, pois convenceu os brasileiros de sua importância para o exercício de nossas liberdades e igualdades. No mesmo tom, o Supremo Tribunal Federal se manteve ativo e firme na defesa da Constituição e das instituições democráticas”.

Ele também ressaltou o papel da “imprensa livre”, que é um “ pilar essencial de nossa sociedade democrática”.

Fux também comentou que, durante 2021, o STF “novamente priorizou processos que visavam a salvar vidas e a garantir a saúde dos brasileiros, sempre valorizando a ciência e rechaçando o negacionismo”.

“Em respeito às vidas ceifadas de nossos pais, avós, filhos, amigos e concidadãos, devemos seguir todas as recomendações técnicas para evitar maiores perdas”, disse.

Vamos lutar pela vacina das crianças, diz Rossieli Soares

Secretário de Educação de São Paulo participou de encontro com estudantes na UMES para debater o investimento nas escolas e aulas seguras em 22

O secretário de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, criticou postura do governo federal com relação à vacinação das crianças que, apesar de autorizada pela Anvisa, ainda não foi iniciada por falta de dose.

Durante encontro na União Municipal dos Estudantes de São Paulo (UMES-SP), ele afirmou que o governo paulista entrou em contato com a fabricante do imunizante Pfizer, para acelerar a aquisição de imunizantes para crianças de 5 a 11 anos.

O secretário destacou a necessidade de luta para garantir as escolas abertas durante a pandemia e o retorno seguro às aulas. “Não paramos os nossos principais processos, mas ao mesmo tempo a gente foi muito forte e firme na busca pela vacina dos profissionais, na busca da vacina com os adolescentes. E agora eu estou brigando pela vacina das crianças sim”, ressaltou Rossieli.

O secretário informou aos estudantes que o governo paulista já realizou duas reuniões com a Pfizer, fabricante da vacina autorizada pela Anvisa para ser aplicada em crianças de 5 a 11 anos, nesta semana.

“Dissemos para eles que se o governo federal continuar com essa postura de não querer adquirir as vacinas, eles negociarão com o Estado de São Paulo. O governador [João Doria] também já disse que o que for necessário a gente vai bancar a compra das vacinas porque é um absurdo. É um absurdo a gente ter um Governo Federal com este posicionamento de novo”, destacou Rossieli.

INVESTIMENTO PERMANENTE NA EDUCAÇÃO

O encontro com os estudantes teve como principal foco as perspectivas para o ano de 2022 na Educação de São Paulo. Dentre os temas abordados estavam as Escolas em Tempo Integral, os avanços no pós-pandemia, mecanismos de combate à discriminação nas escolas e a necessidade da transformação do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista (PDDE) em uma política de financiamento permanente da Educação.

Rossieli Soares foi o primeiro secretário estadual de Educação a visitar casa dos estudantes da capital paulista. O diretor da UMES, Lucca Gidra, destacou os avanços conquistados no último período, com o avanço da Educação em Tempo Integral para mais de 2 mil escolas do Estado e o investimento de R\$ 1,2 bilhão no PDDE, que transformou a estrutura das escolas estaduais paulistas.

Durante o encontro com o secretário, também foi discutida a campanha de alistamento eleitoral da juventude “Todo Estudante com Título na Mão” e o encontro de grêmios

do Estado de São Paulo, a serem realizados no primeiro semestre de 2022.

Rossieli Soares afirmou que sua pasta está atenta para as dúvidas que estão surgindo com relação à pandemia, mas, a prioridade do Estado é que as escolas permaneçam abertas no ano que vem.

Ele disse ainda que a pandemia revelou que o ensino presencial não pode ser substituído pela educação a distância. “Não dá nem pra comparar. Isso é uma coisa que a gente aprendeu claramente e que as pessoas são muito sensíveis. A tecnologia veio para ficar também, mas para ser algo a mais, para agregar, não para substituir”.

Rossieli alertou que o índice de evasão no Ensino Médio é muito grande e precisa ser combatido. Segundo ele, 26% dos jovens não concluem os estudos. “Isso faz com que esse jovem tenha menos oportunidades ao longo da vida. Então nós precisamos brigar por isso! Ainda mais com tantas crises, com o governo federal que só gera desemprego, só gera negacionismo, só gera coisas ruins... Precisamos focar, para que inclusive não tenhamos mais um desgoverno como esse. Essa é nossa visão especialmente para 2022”.

Rossieli anunciou ainda aos estudantes presentes uma nova meta de ampliação das escolas de tempo integral para o ano de 2022. Segundo ele, o número de escolas estaduais nesta modalidade passará dos atuais 2.048 para mais de 3 mil escolas no próximo ano.

No encerramento do encontro, a diretoria da UMES entregou uma carta ao secretário de Educação de apoio aos investimentos do PDDE e defendeu que os recursos diretos na escola transformem-se em política permanente do Estado.

“Quando Bolsonaro cortou da vacina, quando ele fez corrupção, ele sabotou também a Educação, isso é inadmissível ele fez nada para garantir o retorno às aulas seguras. Inclusive teve a verba parada lá no governo federal que poderia ter sido destinada para uma reforma dentro das escolas”, disse Lucca.

“A gente tem visto aqui um programa da SEDUC, que vai em contramão disso, um programa que tem que ser modelo para todo Brasil, que é o PDDE. Nós temos muito receio que todas as conquistas que conseguimos aqui no estado de São Paulo não continuem, porque a gente sabe sobre a estrutura da nossa escola antes e depois da ideia. Vimos uma transformação na estrutura da escola, justamente por conta do PDDE e do baita investimento que foi feito. E a gente não quer voltar a ser, a gente não quer voltar para esse tempo”, ressaltou o dirigente estudantil.

Bolsonarista Ratinho defende que deputada seja “eliminada com uma metralhadora”

O apresentador bolsonarista Carlos Massa, o Ratinho, sugeriu que a deputada federal Natália Bonavides (PT-RN) fosse “eliminada com o uso de uma metralhadora”. A declaração foi feita por conta de um projeto da deputada que pretende retirar a expressão ‘marido e mulher’ da união civil.

“Natália, você não tem o que fazer, não? Você não tem o que fazer, minha filha? Vá lavar roupa a caixa do teu marido, a cueca dele, porque isso é uma imbecilidade querer mudar esse tipo de coisa. Tinha que eliminar esses loucos? Não dá para pegar uma metralhadora, não?”, disse o apresentador, que é apoiador de Bolsonaro durante o programa “Turma do Ratinho”, na sua rádio, a Massa FM.

No Twitter, a deputada afirmou que a declaração do apresentador é crime. “O apresentador Ratinho sugeriu que eu fosse metralhada em programa visto por milhares de pessoas. Incitar homicídio é crime! Ele coloca a minha vida e minha integridade física em risco. Ratinho ainda disse que eu fosse

lavar as cuecas de meu marido”. “Essas ameaças e ataques covardes não ficarão impunes. O apresentador utilizou uma concessão pública para cometer crime. Vamos acioná-lo judicialmente, inclusive criminalmente”, afirmou.

O projeto de lei apresentado pela deputada Benevides na Câmara dos Deputados propõe a alteração do Código Civil para mudar os termos da declaração feita nas cerimônias de casamento civil. O objetivo é assegurar o tratamento igual entre os casais independente do gênero. Com a mudança proposta pela deputada, os termos ficariam assim: “De acordo com a vontade que acabam de declarar, eu, em nome da lei, declaro firmado o casamento”.

No programa, ainda foi disparada uma fake news contra a deputada, onde foi afirmado que a parlamentar defende os termos “filiação 1” e “filiação 2” nas certidões de nascimento das crianças. O projeto de Natália Bonavides, no entanto, trata de cerimônias de casamento civil.



Secretário Rossieli Soares debate com estudantes na sede da UMES

Kassio Nunes interrompe julgamento do passaporte da vacina e Queiroga agradece

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que discute a exigência de passaporte de vacinação para entrar no país foi interrompido nesta quinta-feira (16) pelo ministro Kassio Nunes Marques, sem declarar a conclusão e o resultado.

A decisão do ministro Nunes Marques aconteceu pouco depois de Marcelo Queiroga, ministro da Saúde, declarar que o governo Bolsonaro só publicaria portaria sobre a exigência da comprovação de vacinação para a entrada de estrangeiros no país depois da conclusão do julgamento, que só será retomada no ano que vem.

A corte já tinha oito votos para estabelecer a necessidade de apresentar comprovante de vacina contra a Covid-19 ou de fazer quarentena e ter testagem negativa da doença para ingresso no país. Como a decisão do ministro do STF, Luis Barroso, foi em caráter liminar, a apresentação do passaporte permanece valendo até que seja concluída a votação.

A exigência já está sendo realizada por servidores da Anvisa nos aeroportos brasileiros e também pelas empresas aéreas. Entretanto, não há uma portaria oficial do governo brasileiro sobre o tema, o que pode dificultar a exigência do



Mesmo com placar em 8 a 0, ministro indicado por Bolsonaro pediu vista no processo. Antes, Marcelo Queiroga havia dito que governo só publicaria portaria após a conclusão do julgamento

passaporte da vacina nas fronteiras terrestres, por exemplo.

Na quinta-feira (6), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, havia afirmado que o governo aguardava o encerramento do julgamento para editar uma portaria que regulamenta a entrada e saída do Brasil de acordo com a decisão do Supremo. “Quando tiver o acórdão os ministérios liderados pela Casa Civil vão verificar as normativas”, disse.

Kassio foi o primeiro indicado à corte pelo presidente Jair Bolsonaro, que é contra o passaporte. Ele pediu destaque para retirar a análise do tema do ambiente virtual e remetê-

la ao plenário físico.

Quando há retirada de processo do ambiente online, o caso é retomado do zero no plenário físico. O presidente Luiz Fux anunciou que irá marcar o julgamento para 9 de fevereiro, após o recesso.

A manobra de Kassio Nunes agradou o governo negacionista de Bolsonaro que tenta transformar o Brasil num paraíso turístico dos espalha vírus que negam-se a vacinar contra a Covid-19. Apesar do governo, o Brasil segue avançando na imunização, única saída possível da pandemia que já matou 617 mil brasileiros.

Apagão: governo federal deixa sistema de informação sobre vacinação fora do ar

Desde que o site e os sistemas do Ministério da Saúde foram alvos de ataques cibernéticos na sexta-feira (10), o sistema ainda não se restabeleceu e não tem previsão para voltar ao normal. Um dos mais graves a ficar inacessível é o ConecteSUS, que reúne as informações sobre a vacinação da população e outros dados de saúde dos cidadãos, que está fora do ar há cinco dias.

O ataque que deixou milhões de brasileiros sem acesso ao certificado digital de vacinação afetou também outros órgãos do governo federal.

Polícia Rodoviária Federal (PRF), Instituto Federal do Paraná (IFPR), Controladoria-geral da União (CGU) e Escola Nacional de Administração Pública (Enap) são alguns órgãos do governo federal que confirmaram ter sofrido ataques hacker na sexta. Até a quarta-feira (15), alguns serviços continuavam indisponíveis.

Todos eles usam o mesmo sistema de nuvem, fornecido pela empresa americana AWS, que tem a Embratel como intermediária. Esse não é o único sistema de nuvem disponível para as instituições federais. A adesão é opcional. A CGU assinou o



Milhões de brasileiros estão sem o certificado de vacinação

contrato em outubro de 2019.

Uma das cláusulas diz que a contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas na nuvem.

Qualquer grande instituição – seja empresa ou órgão público – tem um protocolo de segurança da informação que obedece a um sistema de camadas. De acordo com o cargo do funcionário, ele pode ter mais ou menos acesso a dados sensíveis ou sigilosos.

A invasão dos hackers ao sistema foi utilizada pelo governo para adiar a exigência da comprovação de vacinação para a entrada de estrangeiros no Brasil. A medida, no entanto, foi barrada após decisão do

ministro do STF, Luis Barroso, que determinou que o governo acate a decisão da Anvisa sobre o passaporte sanitário.

Para Luiza Leite, advogada especialista em Direito Digital, o governo demonstra uma deficiência nos mecanismos de segurança e falta de cuidado do governo no processo de adequação com a Lei Geral de Proteção de Dados.

“O que percebemos é que todos esses acessos indevidos aos ambientes tecnológicos dessas entidades, bem como a incapacidade demonstrada para lidar com incidentes de proteção de dados, demonstram uma clara deficiência nos mecanismos de Segurança da Informação utilizados pelo governo”, comentou a advogada Luiza Leite, CEO da startup Dados Legais.



PL centraliza atribuições no governo federal e restringe a fiscalização

PL que altera código de mineração quer fazer de garimpeiros MEI e liberá-los de licença

Organizações que integram o Observatório do Clima afirmam que o novo Código de Mineração é “inconsistente, irresponsável e inconstitucional”. A proposta, em discussão na Câmara dos Deputados nesta terça e quartas-feiras, se aprovada, será encaminhado para tramitação em comissões e posteriormente seguirá para votação no Plenário da Casa. O relatório final, de autoria da deputada Greyce Elias (Avante-MG), foi apresentado em 1º de dezembro e conta com apoio da base do governo de Jair Bolsonaro (PL).

“O texto em tese não disciplina o licenciamento dos empreendimentos minerários perante o órgão competente do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e, contraditoriamente, inclui referência à dispensa de licença ambiental. Não são abordadas com clareza as responsabilidades socioambientais dos empreendedores”, diz o Observatório do Clima, em nota divulgada nesta terça-feira (15).

A organização aponta que o novo projeto “centraliza atribuições excessivas no governo federal e restringe a fiscalização das atividades minerárias à Agência Nacional de Mineração”, além de posicionar “os interesses minerários acima dos direitos relativos ao desenvolvimento urbano”.

O documento é assinado por Conectas Direitos Humanos, Greenpeace Brasil, Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza), Instituto Socioambiental, NOSSAS, SOS Mata Atlântica e WWF.

Dentre os problemas apontados um deles diz respeito ao relatório da deputada Greyce, que prevê a aprovação “tácita” e compulsória de projetos minerários que não tenham sido licenciados pela Agência Nacional de Mineração (ANM) no prazo de 180 dias. “O que me deixou muito preocupado foram algumas reportagens relativas ao seu Pablo (marido da deputada). Eu não sei se isso tira um pouco da transparência e da independência do nosso grupo de trabalho... então eu queria que fosse pensada a questão da suspeição do relatório por causa do envolvimento direto do Pablo”, diz o deputado Ricardo Izar (PP-SP).

Pablo César é dono de mineradoras, conforme veiculou a Folha de São Paulo e o jornalista especializado em meio ambiente e mineração Maurício Angelo, do Observatório da Mineração.

O texto prevê ainda que garimpeiros sejam transformados em microempreendedores individuais, os chamados MEIs, como forma de permitir que passem a negociar diretamente com empresas o que extrairiam do meio ambiente.

O projeto também dispensa garimpeiros de licenciamento ambiental para realização de pesquisa mineral quando esta for feita com uso de tecnologia que não provoque “impactos ambientais significativos”. Outra mudança autoriza que os donos de direitos minerários possam obter certificados de recursos e reservas junto aos órgãos responsáveis, para que busquem financiamentos ou até mesmo negociem essas explorações em Bolsa de Valores, para ampliar a captação de recursos.

ATROPELO

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) aponta outra questão que avalia problemática para as alterações na legislação. Segundo ele, o novo Código de Mineração deveria ser analisado por uma comissão especial da Câmara, a ser criada especificamente para este fim. “A comissão especial é prevista no regimento. O grupo de trabalho é uma proposta, é uma ferramenta do presidente da Casa para montar um grupo de estudo, mas ele não obedece aos ritos proporcionais da Casa, das comissões permanentes e das especiais”, observou.

O coordenador do Grupo de Trabalho reconheceu a manobra, mas segundo Evandro Román (Patriota-PR) foi uma “alternativa” encontrada pelo presidente da Câmara, deputado Arhur Lira (PP-AL) para levar o projeto direto ao plenário da Casa.

Além de citar a dispensa ambiental, o deputado Airtton Faleiro (PT-PA) advertiu que o projeto fere frontalmente a autonomia dos estados e municípios, aos quais seria proibida a prerrogativa de autorizar e fiscalizar a atividade de mineração.

Segundo Faleiro, outro ponto grave proposto é a imposição da atividade minerária, que se sobrepõe às demais atividades, incluindo às áreas de interesse público. “Se numa determinada localidade se pretende uma outra atividade, como pequena barragem ou assentamento, a atividade minerária se sobrepõe”, denunciou o parlamentar.

“É urgente que o Brasil lide melhor com o seu patrimônio ambiental, mas o governo e o Congresso têm pressa em avançar medidas que incentivam um modelo minerário que destrói florestas e a saúde das pessoas”, denuncia Marina Mota, coordenadora de Políticas Públicas do Greenpeace. “O atropelo do debate imposto na proposta em discussão só evidencia a falta de consenso a esse modelo de exploração desastrosa que beneficia poucos e prejudica muitos”, finaliza.

Anfip: governo congela tabela do IR e 15 milhões pagarão injustamente



Só no governo Bolsonaro, reajuste deveria ser de 24%, afirma Mauro

Não há previsão de qualquer reajuste para os servidores em 2022, declara Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou, na quarta-feira (15), após participar de um evento com empresários organizado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que não há previsão de reajuste salarial para o conjunto dos servidores no próximo ano.

De acordo com Guedes, um reajuste linear ao funcionalismo “não é oportuno”. A declaração foi feita num momento em que o governo promete reajuste salarial apenas para a segurança pública, diante de intensa insatisfação da categoria com o governo.

“Se aproveita e generaliza aumento de salário para o Brasil inteiro, para o funcionalismo em geral, estadual, municipal e federal, você vai fragilizar as finanças de todo mundo de novo”, disse o ministro.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Rudinei Marques, diz que é muito natural que os policiais corram atrás de reajuste salarial a fim de recompor as perdas diante da inflação, mas, segundo ele, as outras categorias também têm que ser contempladas.

“E isso tem que acontecer agora. Com a janela orçamentária que se abriu, até por conta da inflação, o governo tem um espaço fiscal para conceder um reajuste linear geral de 5% a 10%”, disse.

Para o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, o governo quer dar aumento apenas para os policiais é exercer “uma seletividade” nos reajustes salariais. “Na

reforma da Previdência de 2019 beneficiou somente os militares, que foram retirados da reforma e blindados com uma reestruturação de suas carreiras, onde tiveram 75% de reajuste, que se estende até 2023”, afirmou.

Segundo o especialista em contas públicas, Murilo Viana, a sinalização de Bolsonaro para dar reajuste aos policiais é uma “decisão política”. “A pressão dos servidores aumenta em meio à escalada inflacionária. Com a proximidade do pleito eleitoral e o derretimento das intenções de voto, o presidente tem feito uma série de insinuações no sentido de atender especialmente às demandas dos grupos historicamente mais próximos a ele, como militares e policiais em geral”, afirmou.



Policiais lutam para corrigir déficit histórico de anos

Em entrevista ao HP, Flávio Werneck, diretor para assuntos jurídicos da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF), afirmou que a “recomposição salarial da Polícia Federal é a reparação de uma injustiça de anos”. Veja abaixo seus esclarecimentos:

HP – O Governo Bolsonaro fez proposta de reajuste apenas para a área de segurança?

Flávio Werneck – Até agora estamos aguardando, não vimos nada por escrito. O que está sendo discutido é a reparação de uma injustiça que se arrasta desde 2011, que prejudicou principalmente os agentes escrivães e os papiloscopistas. Fomos preteridos. Na época, a reestruturação financeira e de carreira atendeu a todos os federais, a Abin, a Receita, às Agências Reguladoras, a AGU, etc.

HP – O Objetivo do Bolsonaro não é dividir os servidores?

Flávio Werneck – Por um problema corporativo, de divisão interna, ficamos para trás, durante todos esses anos. Trabalhamos a semana inteira na Câmara Federal para que finalmente possa ser corrigido esta defasagem. Eu creio que cada injustiça superada é mais força para nossa luta e a luta de todos os servidores.



Fernando Cury vira réu em processo por assédio sexual contra deputada Isa Penna

O deputado estadual Fernando Cury (Cidadania-SP) virou réu no processo em que é acusado de importunação sexual à deputada Isa Penna (PSOL-SP).

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou, na quarta-feira (15), a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado contra o deputado.

Para o relator do caso, desembargador José Salette, há fortes indícios de ato libidinoso, o que justifica a abertura de ação penal. Os 24 desembargadores que compõem o colegiado também votaram pela ação penal.

“O deputado Fernando Henrique Cury agiu com clara intenção de satisfazer sua lascívia, praticando atos que transcenderam o mero carinho ou gentileza, até porque não tinha nenhuma amizade, proximidade ou intimidade com a vítima, violando assim, também, o seu dever funcional de exercer o mandato com dignidade”, escreveu o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Sarrubbo, quando apresentou a denúncia, em abril.

O caso de assédio sexual contra a deputada Isa Penna aconteceu em dezembro do ano passado durante uma sessão no plenário da Assembleia Legislativa. A imagem, filmada pelas câmeras da Casa, mostra o deputado se posicionando atrás de Isa Penna e colocando as mãos na lateral dos seios da deputada, enquanto ela conversa com o presidente da Assembleia em frente à Mesa Diretora.

O vídeo foi transmitido ao vivo pelo canal da Assembleia Legislativa no YouTube. Na ocasião, a deputada registrou boletim de ocorrência contra o deputado.

Ao longo deste ano, Fernando Cury ficou suspenso de suas atividades parlamentares por 180 dias e, em novembro, o Conselho de Ética da Cidadania decidiu pela sua expulsão do partido.

Sobre a decisão do Tribunal de Justiça de SP, Isa Penna, em nota, afirmou que “o recebimento da denúncia é mais uma demonstração de que foi assédio e que o lugar dele não é na Alesp”.



Servidores enterram PEC da destruição do funcionalismo

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e diversas entidades que compõem o Fórum promoveram, na última quarta-feira (15), uma manifestação para celebrar as vitórias alcançadas até agora pelo funcionalismo público em relação à PEC 32/2020, que teve sua aprovação postergada pelo Congresso Nacional, em uma boa sinalização de o projeto que tira direitos dos servidores não tem mais condições de ser aprovado como queria o governo federal.

A manifestação foi chamada de “enterro da PEC 32” e aconteceu em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados.

O presidente Nacional do Sindifisco, Kleber Cabral, que participou do enterro simbólico, disse que falou sobre a luta das entidades contra a PEC: “Temos lutado desde 2019. A PEC/32 nos assombrou durante mais de dois anos. E hoje é um dia que marca o sepultamento deste projeto que seria tão lesivo para o serviço público e para a sociedade”, disse.

Um dos diretores de Assuntos Parlamentares do Sindifisco, Marco Assunção, alertou, no

entanto, que embora o momento seja de vitória, o Congresso Nacional ainda deve permanecer sob os olhares atentos das entidades e dos servidores.

“Em que pese o enterro simbólico, os servidores públicos devem continuar acompanhando o trabalho dos parlamentares, para atuar prontamente diante de eventuais movimentações como a da PEC 32”, alertou Marcos.

Segundo outro diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco, George Alex Lima de Souza, “foi um período de muita pressão e de ataques ao servidor e ao serviço público. Hoje nós conseguimos enterrar uma iniciativa que tornaria o serviço público mais precário e sujeito a ingerências políticas”, disse.

O ato foi inspirado em uma cerimônia tradicional realizada em algumas regiões do continente africano, que recentemente viralizou na internet. Na celebração de quarta-feira, os servidores públicos reproduziram o ritual, vestidos como dançarinos ganeses, de paletós, luvas brancas e óculos escuros, o que deu um tom bem humorado ao “enterro”.

Todas as pessoas que têm salário acima de R\$ 1.904 deveriam ser isentas do imposto

Em mais um ano sem o reajuste da tabela do Imposto de Renda, 15 milhões de pessoas que deveriam ser isentas do imposto deverão pagar o tributo em 2022. De acordo com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), sem a correção da tabela, que foi promessa de campanha de Bolsonaro, todas as pessoas que têm salário superior a R\$ 1.904 estão pagando injustamente o Imposto de Renda.

Mauro Silva, presidente da ANFIP, afirma que a não correção “nos leva à situação de muita injustiça, principalmente com a classe trabalhadora e a classe média. Todas as pessoas que têm salário superior a R\$ 1.904 estão pagando uma tabela, trazendo toda a inflação desde 1996 e descontando os ajustes que já foram dados, teríamos que ter um reajuste de 134%. Então pessoas com salário de até R\$

4.400 estariam isentas”, declarou Mauro, em entrevista ao portal JP.

Perguntado pelo repórter se a pandemia não teria sido um impeditivo para a atualização da tabela, o presidente da ANFIP respondeu que “o problema do governo não tem sido a falta de recursos, mas sim o teto de gastos. Ele tem o recurso, mas não gasta. Então o reajuste da tabela não tem esse obstáculo de tirar mais recursos porque os recursos estão sobrando. A arrecadação bate recordes sucessivos. Essa é uma decisão política de promover esse alívio na classe média, que foi uma promessa de campanha e que toda a sociedade espera”.

Segundo o auditor da Receita, a promessa do governo Bolsonaro não foi cumprida e, ao não reajustar a tabela, ele promove anualmente o aumento de imposto. “Só no governo Bolsonaro deveria haver o reajuste de 24% da tabela e nisso foi feito”, ressaltou.



MPT: assédio contra funcionários da Caixa pode ser alvo de investigação

O Ministério Público do Trabalho (MPT) notificou, nesta quinta-feira (16), o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, por ter constrangido servidores do banco ao pedir que fizessem flexões em cima de um palco durante evento institucional da estatal. O procurador do MPT no Distrito Federal, Paulo Neto, considerou que o ocorrido configura prática de assédio moral.

O procurador destaca que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu como “abusiva e reprovável” a conduta do empregador que mandar o trabalhador fazer flexão de braço.

“Recomenda ao senhor Pedro Duarte Guimarães, que na condição de presidente da Caixa Econômica Federal, abstenha-se de submeter os empregados do banco a flexões de braço e outras situações de constrangimento no trabalho ou dele decorrente sob pena de instauração de procedimento investigatório e adoção de medidas administrativas e judiciais cabíveis”, afirmou o procurador.

“Constituem assédio moral os atos e comunicações que traduzem um contínuo e ostensivo constrangimento à classe trabalhadora, passíveis de acarretar danos de ordem física, psíquica, moral e existencial ao trabalhador”, disse o procurador.

A situação ocorreu durante evento no Hotel Bourbon, uma hospedagem luxuosa na cidade de Atibaia, no interior de São Paulo, e reuniu cerca de 350 dos principais executivos do banco e 50 lo-

téricos e correspondentes. Vídeos foram gravados pelos próprios funcionários e as imagens viralizaram na web, gerando repercussão negativa e provocando a reação de entidades de classe, como o Sindicato dos Bancários de São Paulo, que classificou a prática, que é comum nos quartéis e já foi um tipo comum de punição ao militar, como assédio moral.

“Essa é a ‘cultura institucional’ que Pedro Guimarães quer para a Caixa e seus empregados. Uma ‘cultura’ autoritária, baseada no assédio moral, no constrangimento, na humilhação. Um empregado com alto cargo, submetido a este constrangimento, passa a entender que este é o método de gestão que a chefia espera que ele aplique aos seus subordinados. E, dessa forma, a gestão pelo medo vai se alastrando por todos os níveis hierárquicos”, enfatiza o diretor do Sindicato e empregado da Caixa, Dionísio Reis.

“Não devemos baixar a cabeça para os abusos. Os empregados podem e devem contar com as garantias conquistadas e com a força das nossas entidades representativas na sua defesa”.

“Nós, os empregados, que fazemos a Caixa ser este banco público tão fundamental para o país, apesar de tão maltratado pelo governo Jair Bolsonaro, temos de ter a consciência de que a nossa organização é forte, que nossa história de luta fala por si só, e que lutaremos e venceremos esses absurdos. Não se intimide”, conclui Dionísio.

Resolução da ONU condena nazismo e apenas EUA e Ucrânia votam contra



Famílias examinam estragos após ataque
Pentágono anuncia que não punirá os responsáveis pelo massacre com drone em Cabul

“A atrocidade de matar civis pelas forças dos EUA no Afeganistão é inaceitável. É ainda mais intolerável os Estados Unidos exonerarem os assassinos com essa impunidade”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, na terça-feira (14).

A declaração do porta-voz chinês foi provocada pela notícia de que o Pentágono decidiu que não irá punir nenhum dos responsáveis pelo ataque com drone em agosto passado em Cabul, capital afegã, que matou 10 membros da família do trabalhador humanitário afegão Zamairi Ahmadi, dos quais sete crianças, em meio ao caos da retirada final das tropas norte-americanas, depois de 20 anos de ocupação.

O porta-voz do Pentágono na véspera dissera que “não antecipa haver questões de responsabilidade pessoal a serem enfrentadas” em relação ao ataque – isto é, ao massacre de civis – ao ser diretamente perguntado por jornalistas se alguém “seria responsabilizado”.

O anúncio de impunidade pelo Pentágono veio dois dias depois do término da ‘cúpula pela democracia’ promovida virtualmente pelo governo Biden.

‘DEMOCRACIA’ MADE IN USA

“Enquanto os Estados Unidos falavam de democracia e direitos humanos na chamada ‘Cúpula pela Democracia’, não foi consultado povo afegão inocente cujos filhos morreram sob a mira de uma arma do Exército dos EUA, e suas famílias não tiveram a quem apelar”, indignou-se o porta-voz chinês.

Ele chamou esses crimes de guerra de “realidade cruel” resultante das “bárbaras intervenções militares dos EUA no Afeganistão, Iraque, Síria e outros países que resultaram no assassinato de civis inocentes”.

Wang disse ainda que a era em que os EUA agiam imprudentemente em todo o mundo sob o pretexto da chamada democracia e direitos humanos “chegou ao fim”, e que os crimes do Exército dos EUA matando civis inocentes em outros países “não ficarão impunes”. “A justiça pode demorar, mas não faltará”, concluiu.

REPULSA TAMBÉM NOS EUA

Em uma entrevista ao New York Times, Steven Kwon, o fundador e presidente da Nutrition and Education International (NEL), com sede na Califórnia, organização humanitária para a qual o afegão morto (Ahmadi) trabalhava, chamou de “chocante” a decisão do Pentágono de não punir ninguém pelo ataque.

Ele perguntou: “Como nossos militares podem erroneamente tirar a vida preciosas de dez afegãos e não responsabilizar ninguém de forma alguma?”

Ahmadi inclusive até havia se inscrito para se reinstalar nos Estados Unidos diante da vitória do Talibã. No momento do bombardeio estava parado em frente da própria casa, e colocava contêineres de água no seu veículo.

A decisão do Pentágono também foi repudiada pela entidade pacifista Ban Killer Drones (Banir Drones Assassinos, BKD, na sigla em inglês), cujo comunicado denunciou que “os ataques dos EUA matando civis têm sido rotineiros”, assim como a impunidade.

Kathy Kelly, da BKD, lembrou ainda como a mídia internacional chegou a expor o assassinato de civis sob a ótica de encobrimento do Pentágono, de que se trata de um “ataque justo”, que atingira um veículo “carregado de explosivos” e impedira a repetição do ataque terrorista ao aeroporto de Cabul. “Estamos confiantes de que atingimos o alvo com sucesso”, gabou-se um porta-voz do Pentágono.

PADRÃO DE IMPUNIDADE

Para o portal Common Dreams, isso seguiu o padrão estabelecido de longa data de inicialmente negar que os ataques aéreos dos EUA prejudiquem civis.

O Comando Central dos Estados Unidos inclusive mentiu ao ponto de dizer que o ataque desencadeou “explosões secundárias significativas do veículo”, que “indicavam a presença de uma quantidade substancial de material explosivo”.

Bastaram algumas fotos e entrevistas com sobreviventes para desmentir tudo isso e se tornar impossível abafar o massacre, quando os olhares do mundo inteiro estavam voltados para Cabul e para a primeira crise internacional do governo Biden.

DENUNCIANTE É QUE VAI PRESO

“O contexto mais amplo que o Pentágono deve reconhecer foi esclarecido por Daniel Hale, o denunciante dos drones que revelou que civis afegãos inocentes foram mortos em 90% dos ataques de drones nos Estados Unidos durante um período de cinco meses”, disse Kelly.

Hale foi condenado em julho a quase quatro anos atrás das grades por compartilhar informações confidenciais sobre o programa de assassinato de drones dos Estados Unidos com um jornalista. Ele foi o último de uma longa linha de denunciadores perseguidos, de Daniel Ellsberg a Julian Assange, John Kiriakou, Chelsea Manning e vários outros que foram presos por expor crimes de guerra, cujos perpetradores quase sempre ficaram impunes.

“MOSTREM OS VÍDEOS”

Nick Mottern, também da Ban Killer Drones, disse que “se o Pentágono quiser revelar tudo sobre este acontecimento horrível, vai divulgar documentos e fitas de vídeo que mostram quem foi responsável por decisões importantes e quais falhas tecnológicas foram responsáveis”.

Mottern acrescentou que, se o presidente Joe Biden “estava envolvido na decisão, devemos saber”.

O anúncio do Pentágono veio um dia depois do NYT revelar a existência de uma unidade secreta de ataque aéreo militar dos EUA chamada Talon Anvil, que matou civis sírios a uma taxa 10 vezes maior do que em teatros comparáveis da chamada Guerra ao Terror, segundo testemunho de um ex-assessor do Pentágono e Departamento de Estado.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Batalhão Azov porta símbolo da Waffen SS, bando neonazista da Ucrânia

Putin alerta Macron sobre a escalada da tensão na Ucrânia com o apoio dos EUA

Em telefonemas a Biden, Boris Johnson e Macron, o presidente Vladimir Putin reafirmou as “linhas vermelhas” da Rússia e exigiu garantias jurídicas de longo prazo que proíbam a expansão da Otan às suas fronteiras e a instalação de mísseis nucleares de ataque nos países vizinhos. O que – diga-se – é a restauração do Princípio de Helsinque da segurança coletiva indivisível, que por décadas assegurou a paz na Europa.

Nesses chamados à razão, Putin voltou a sublinhar a urgência de iniciar negociações substantivas com os Estados Unidos e a Otan, para a elaboração dessas garantias jurídicas internacionais de segurança de longo prazo para a Rússia “que excluam a expansão da aliança para o leste e a implantação de sistemas de armas que colocam a Rússia em perigo, no território da Ucrânia e de outros países vizinhos”.

“Garantias juridicamente vinculativas”, já que, como tem assinalado Putin, os países ocidentais não honraram seus compromissos verbais (feitos ao então presidente Gorbachov).

Também continua sobre a mesa – e sem resposta – a proposta russa de uma moratória da instalação de mísseis de alcance intermediário na Europa, apresentada após o então governo Trump retirar os EUA do tratado que evitou uma hecatombe nuclear no velho continente.

A Macron, o presidente russo disse ainda que o regime de Kiev está agravando a situação no Donbass [a região do leste em que vivem os falantes de russo], com o deslocamento de armamento pesado e drones proibidos, o que faz com “a permissão silenciosa do Ocidente”.

Ao lado da Alemanha e Rússia, a França é um dos garantidores dos protocolos pela paz de Minsk, sob o chamado Formato Normandia, que inclui ainda a Ucrânia.

A BOLA COM KIEV

Putin exortou os países europeus a pressionarem Kiev para que comece a cumprir



Putin condena a implantação de armas perto da Rússia

suas obrigações sob os Acordos de Minsk para uma solução pacífica [que prevê anistia, aprovação pelo parlamento ucraniano de lei de autonomia e respeito ao idioma russo e eleições].

O regime de Kiev, instalado por um golpe CIA-neonazis em 2014, sistematicamente ignora essas obrigações, persegue opositores e não esconde a pretensão de resolver o diferendo pela força.

A mídia imperial e governos ligados à Otan não param de fazer alarido sobre a suposta “ameaça russa” à Ucrânia, quando é Kiev que sonha em “limpar” o Donbass – historicamente terra russa – e promover uma limpeza étnica almejada pelos neonazis.

O próprio Putin já disse que não será permitida uma “Srebrenica 2” [massacre ocorrido na antiga Iugoslávia], o que recentemente foi repetido pelo chefe do Estado Maior da Rússia, general Valery Gerasimov.

Além disso, as tropas russas estão sendo deslocadas dentro do território russo, ao contrário dos sistemas de armas que estão sendo trazidos do outro lado do Atlântico, para junto das fronteiras russas. E, ainda, ucranianos e russos têm laços que perduram por séculos, ao contrário do que reza a nova cartilha CIA-neonazis.

Na terça-feira, Putin também conversou com o presidente finlandês, Sauli Niinistö, sobre a urgência dessas negociações Rússia-Otan sobre garantias de segurança para Moscou. O líder russo expressou seu apoio à iniciativa de

Niinistö de organizar uma cúpula em 2025 por ocasião do 50º aniversário da Conferência de Helsinque sobre Segurança e Cooperação na Europa.

Pelo conceito de segurança coletiva aprovado ali, a segurança de todos é indivisível, e um país não pode querer aumentar a sua segurança à custa da ameaça sobre o vizinho aumentar.

No final de semana, uma cúpula do G7 em Liverpool emitiu um belicoso comunicado ameaçando a Rússia com “consequências” em caso de “ataque à Ucrânia” – enquanto os países integrantes da Otan não param de realizar provocações tanto no Mar Negro quanto no Báltico.

Além da ameaça de mais sanções e até de exclusão do sistema de pagamentos internacional SWIFT.

Ainda, os EUA acabam de anunciar a reinstalação na Alemanha do comando estratégico que era responsável pelos mísseis intermediários nos anos 1980, crise que só foi afastada pela assinatura do tratado que proibiu esse tipo de míssil – os soviéticos tinham um equivalente – capaz de atingir nuclearmente uma capital europeia em minutos.

Putin recentemente se referiu a que mísseis nucleares posicionados na Ucrânia levariam “cinco minutos de voo” até Moscou ao sistematizar as “linhas vermelhas” russas.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Rússia e China criarão estrutura financeira conjunta para aprofundar laços econômicos

do país e até mesmo desconectar Moscou da rede SWIFT.

Por sua vez a subsecretária de Estado dos EUA, Victoria Nuland, a musa da Praça Maidan, havia dito na semana passada que a Casa Branca, junto com várias nações da Europa Ocidental, estava pensando em isolar completamente Moscou do sistema financeiro global, caso as tropas russas ousassem invadir a Ucrânia.

Tanto a Rússia quanto China já desenvolveram sistemas próprios de pagamento digitais e acredita-se que estejam trabalhando nos acordos e protocolos técnicos para operacionalizar essa operação conjunta.

Não é a primeira vez que Washington ameaça a Rússia de desconexão do sistema SWIFT, o que já fizeram, por exemplo, com o Irã. Durante a cúpula virtual, Putin e Xi Jinping saudaram o aumento da participação das moedas nacionais em

acordos mútuos e a expansão da cooperação para fornecer aos investidores russos e chineses acesso aos mercados de ações, segundo Yuri Ushakov, assessor de política externa de Putin.

Ushakov disse que “foi dada atenção especial à necessidade de intensificar os esforços para formar uma infraestrutura financeira independente para atender às operações comerciais entre a Rússia e a China”.

“Queremos dizer criar uma infraestrutura que não possa ser influenciada por terceiros países”, acrescentou o assessor do Kremlin.

No início deste ano, o ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, afirmou que Pequim e Moscou “precisam abandonar o uso de sistemas de pagamentos internacionais controlados pelo Ocidente”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Com 130 votos a favor, a ONU aprovou resolução que “combate a glorificação do nazismo, e outras práticas” que fomentam o racismo, anunciou a missão permanente russa na ONU

A Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução que condena o nazismo, o neonazismo e todas as formas de racismo, que foi co-patrocinada pela Rússia. Os dois únicos países do mundo a votarem contra foram os Estados Unidos e a Ucrânia.

Com 130 votos a favor, foi aprovada resolução sobre “O combate à glorificação do nazismo, do neonazismo e outras práticas” que contribuem para o racismo, xenofobia e intolerância, anunciou a missão permanente russa na ONU.

Moscou apresentou a moção anualmente, nos últimos anos, e Washington e Kiev se opuseram sistematicamente.

Patrocinada pela Rússia e mais de 30 outros membros da ONU, a resolução expressa preocupação sobre qualquer forma de glorificar o nazismo, incluindo a montagem de monumentos e realização de paradas públicas em homenagem às Waffen SS – unidades de combate dentro do exército da Alemanha nazista – ou declarando-os movimentos de libertação nacional, entre outras coisas.

Há muito que Moscou discorda da Ucrânia e dos três países bálticos – Estônia, Lituânia e Letônia – que cultuam indivíduos e organizações afiliadas à Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

A resolução também insta os Estados membros a “eliminar todas as formas de dis-

criminação racial por todos os meios apropriados, incluindo legislação”, e afirma que a discriminação com base em raça, etnia, religião ou crença, como “neonazismo, islamofobia, cristianofobia e anti-semitismo” prejudica não apenas os grupos-alvo, mas a sociedade em geral.

Sob pressão dos EUA, 46 países se abstiveram – inclusive alguns que, ao vivo e a cores, estiveram sob as garras do nazifascismo e sua barbárie – fingindo não saberem o significado do “Arbeit macht frei” que saudava os que chegavam aos campos de concentração.

Desde o golpe CIA-neonazis na Praça Maidan, em 2014, símbolos nazistas, marchas de tochas e exaltação de colaboracionistas passaram a fazer parte do cotidiano da Ucrânia, o que também se expressa agora no voto solitário ao lado de Washington.

Pogromistas de polacos, judeus e soviéticos se tornaram seus ‘patriarcas da dependência’.

Durante o governo Trump, seu enviado à ONU inovou na defesa da glorificação do nazismo, argumentando que sua proibição entraria em conflito com a proteção da liberdade de expressão da Primeira Emenda na Constituição dos Estados Unidos.

Os EUA também acusaram Moscou de usar a resolução para promover “narrativas de desinformação” sobre o neonazismo nos países bálticos e na Ucrânia.

Diaz-Canel: “Cuba, mesmo sob bloqueio, enfrentou a pandemia e obteve vitórias”

Independente da situação adversa que temos na economia, da dureza da vida cotidiana, dos problemas de escassez, este tem sido um ano de vitórias”, afirmou o primeiro-secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e presidente da República, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, durante a Reunião Plenária do Comitê Central do PC que finalizou na sexta-feira (17).

“E foi um ano de vitórias, antes de tudo, porque desmantelamos uma intensa e profunda operação de agressão por parte do império, que estava empenhado em nos fazer desaparecer e estamos vivos e firmes”, disse.

“Um ano também vitorioso”, frisou, “por sermos capazes de neutralizar efeitos da pandemia; pela criatividade de nosso povo, de nossos cientistas; pelo papel desempenhado pelo nosso sistema de saúde e pelas lideranças do Partido e do governo em todos os níveis, liderando o trabalho com o povo neste confronto, o que possibilitou voltar a uma nova normalidade”.

O líder cubano esclareceu que é precisamente essa criatividade que permitiu, em meio a esses ataques, que um pequeno país, sob o impacto de um bloqueio intensificado, tenha criado cinco candidatos a vacinas — três dos quais já se tornaram vacinas — que o país tenha sido salvo; que hoje tenha um dos melhores indicadores mundiais em termos de letalidade e população vacinada; e que os diferentes indicadores tenham diminuído drasticamente, com mais de um mês de resultados sustentados, abrindo mesmo as fronteiras.

“E se sente esta sensação de vitória porque fortalecemos a unidade do povo cubano em torno do Partido e da Revolução; porque agimos com firmeza, não nos rendemos, não vacilamos, não nos deixamos subjugar, nem nos deixamos humilhar; resistimos a todos os ataques, mas resistimos a eles de forma criativa”, sublinhou.

“Tudo isso mostra que não foi apenas resistência: foi criação; e mais uma vez reforça o critério que temos que trabalhar — sabendo que o bloqueio vai ser mantido, que vai continuar apertando — com base em nossos esforços, em nosso talento, resistindo, mas também criando, e podemos conseguir isso, entre outras coisas, porque temos um povo digno e heroico”, assinalou.

Ao abordar o contexto em que esta situação acontece, o chefe de Estado lembrou a crise multidimensional que existe no mundo e que tem sido reforçada pela incidência da pandemia,

apontando que “os problemas de escassez e aumento de preços estão presentes em todos os países, em muitos dos quais os problemas de desigualdade social aumentaram, com sinais de egoísmo e especulação”.

No caso de Cuba, disse, “tivemos que enfrentar estes fatos em condições ainda mais adversas, o que nos colocou em uma situação econômica complexa, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de alimentos e preços. Isto agora é uma prioridade para o Partido, para o governo, para o Estado cubano, e não podemos nos sentar e não fazer nada”.

Temos que dedicar tempo e esforço”, insistiu, “para enfrentar esta situação, que tem dois caminhos: um grupo de medidas que podemos projetar, que são viáveis de aplicar efetivamente a partir do governo central, e que são para toda a sociedade; e outro, um grupo de ações que podemos desenvolver em nível local a partir do confronto, da convocação política, da análise política, do controle dos principais processos relacionados a esta questão e, acima de tudo, no entendimento de que é uma questão que precisa ser enfrentada por todos, e apoiada por todos como parte da sociedade”.

No caminho para encontrar soluções para o problema, o primeiro secretário do Comitê Central do Partido Comunista advertiu que a primeira coisa que temos que alcançar é uma boa compreensão do problema e por que está acontecendo. A este respeito, comentou os efeitos do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo governo norte-americano, e a crise global em um contexto em que os preços dos alimentos dispararam em todo o mundo.

“Independente desta situação, à qual não somos estranhos”, enfatizou, “o governo não aumentou preços em um grupo de alimentos fundamentais que aumentaram em todo o mundo. Não aumentamos preços e não vamos fazê-lo, porque aqui sempre tomamos como ponto de partida o fato de que não aplicamos políticas de choque”, reiterou.

Disse que uma discussão política deveria ser realizada imediatamente com todos os produtores e comerciantes para convencê-los da necessidade — nas circunstâncias atuais — de “abrir mão de certo nível de lucro, seja individual ou coletivo, a fim de baixar os preços. Tem que ser uma discussão honesta e aberta, argumentando a situação do país”, enfatizou.

Boric, candidato da frente ampla, é o novo presidente dos chilenos



Cantor e compositor Vicente Feliú, uma trajetória de amor e identidade com Cuba, seu povo e com a humanidade. Cuba despede-se do gigante Vicente Feliú

O violonista, compositor e cantor Vicente Feliú, um dos fundadores do Movimento Nueva Trova Cubana, faleceu na sexta-feira (17) à tarde em Havana, durante um ataque cardíaco fulminante. Morreu aos 74 anos, enquanto ensaiava em cima do palco, momentos antes de uma apresentação no Museu da Música, em Havana, pronto para fazer ecoar o compromisso com a revolução.

Autor da canção “Créeme” [Acredita em mim], entre dezenas de belas músicas, era um poeta sensível, tendo composto para peças de teatro e televisão, e colaborado em programas culturais como assistente de direção. Polivalente, foi consultor de rádio e televisão, roteirista, locutor e diretor musical.

Vicente nasceu em 11 de novembro de 1947 na capital cubana e aprendeu as artes da música com seu pai. Ao lado de Silvio Rodríguez, Pablo Milanés e Noel Nicola, encabeçou o Movimento Nueva Trova Cubana, formado no final de 1967, que deu visibilidade e marcou uma nova geração de artistas, expressando em canções a nova realidade revolucionária da Ilha.

Cantou o amor, a esperança e a solidariedade, dividindo palco entre outros nomes de expressão com Luis Eduardo Aute (Espanha), León Gieco e Mercedes Sosa (Argentina), Inti Illimani (Chile) e Daniel Viglietti (Uruguai).

AFINADO COM A REVOLUÇÃO

Profundamente identificado com a construção do socialismo, lamentou no blog de Silvio Rodríguez a morte do líder Fidel Castro em 25 de novembro de 2016. “Como todos os gigantes, foi querido e odiado. Repartiu pelos quatro pontos cardeais educação, saúde, dignidade, autoestima, vergonha e soberania. Compartilhou o sentimento do povo com muitos povos e ampliou a solidariedade entre os seres humanos. Mudou vários cursos da história e da natureza. Ele pregou e lutou como ninguém pela humanidade e pelo planeta. Guardou para si a satisfação, como soldado da Revolução, de cumprir vários dos mais sagrados deveres”, sublinhou.

Mais recentemente, diante das agressivas tentativas de desestabilização financiadas pelos Estados Unidos, Vicente Feliú defendeu o governo revolucionário e denunciou que os tanques de pensamento norte-americanos montaram “uma excelente e enorme operação de comunicação que busca nem mais nem menos que acabar conosco, por tudo que conquistamos nestes anos, convocando o mundo (que tem votado sistematicamente contra o bloqueio) aos que o acompanham na sua ‘intervenção humanitária’. Tudo isso junto gerou essa crise, da qual sairemos, sem dúvida. E fortalecidos”.

PROFUNDAMENTE LEAL

“A morte repentina de Vicente Feliú é um golpe muito triste para a alma do país. Ele tocava acordes de ‘La Bayamesa’ quando seu coração parou”, declarou o presidente Miguel Díaz-Canel. “Que a sua profunda lealdade à Revolução sempre nos ilumine. Adeus, caro amigo”, agradeceu.

Ao tomar conhecimento da perda, a diretoria da Casa das Américas manifestou seus sentimentos, lembrando a profunda identidade revolucionária que sempre identificou o cantor com a instituição. “Sou um soldado da Casa, dizia de si mesmo Vicente Feliú. E é verdade, você é nosso companheiro, nosso amigo, nosso irmão. Você sempre estará aqui. Esta será sempre a sua casa. Boa viagem, irmão”.

“Créeme, nos será muito difícil nos acostumar a que não esteja mais entre nós. Créeme, te agradeceremos sempre todos os anos que dedicaste à música, a Cuba. Obrigado Vicente Feliú, por todo. Hoje a música, a pátria perde um de seus melhores filhos”, declarou o Centro Nacional da Música Popular.

Repercutindo sua partida, seu colega argentino Víctor Heredia registrou: “Acaba de falecer um irmão da alma, nosso amado Vicente Feliú. Sinto uma profunda tristeza. Boa viagem, irmãozinho. Da mesma forma, os chilenos de Illapu assinalaram: “Hoje a trova latino-americana vê partir um músico excepcional, de olhar criador, de letra consequente e de compromisso feito canção. Hoje Vicente Feliú passa para a eternidade!!! Tua música e tua marca ficam para sempre!!!”

“Não somente a formação política nos torna conscientes e comprometidos com as causas justas, mas também a arte, a literatura e a música. Por isso vou sentir falta do professor Vicente Feliú”, lamentou o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador.



Multidão toma as ruas para celebrar a vitória de Gabriel Boric (Agência Uno)

Perseguição a jornalista Assange é prova que não há liberdade de expressão nos EUA

Em meio à encenação de uma ‘cúpula pela democracia’ virtual, o regime Biden recebeu de um tribunal vassallo inglês, e em pleno Dia Internacional dos Direitos Humanos da ONU, o aval à extradição para os EUA do principal preso político do mundo inteiro, o jornalista e fundador do WikiLeaks Julian Assange, acusado sob a lei de espionagem norte-americana por ter tornado públicos os crimes de guerra dos EUA no Iraque, Afeganistão e Guantánamo e por ter provado que dois jornalistas da Reuters foram assassinados pelos EUA, junto com mais nove civis, em Bagdá em 2007, crime de guerra indiscutível, que passou à história como o “assassinato colateral”.

Em última instância, o significado da insistência de Biden em prosseguir com a perseguição ao jornalista Assange e do aval inglês à extradição dele, cujo pedido foi apresentado pelo governo Trump, é que não existe liberdade de expressão, não existe liberdade de imprensa nos EUA.

Questão que não passou despercebida de entidades como Repórteres Sem Fronteiras e Anistia Internacional, por entenderem suas implicações, além da óbvia revanche e crueldade.

“A acusação do governo dos EUA [a Assange] representa uma grave ameaça à liberdade de imprensa tanto nos Estados Unidos quanto no exterior”,

disse Nils Muižnieks, diretor da Anistia Internacional para a Europa, que classificou a decisão do tribunal de “um travesti de justiça”.

“Julian Assange deve ser imediatamente libertado e devem ser tomadas medidas para garantir que nenhum jornalista, editor ou fonte possa ser visado desta forma novamente”, exigiu Muižnieks, que chamou de “profundamente falhas” as ditas ‘garantias de Washington’, que serviram de folha de parreira para a corte inglesa.

O secretário-geral dos Repórteres Sem Fronteiras (RSF), Christophe Deloire, afirmou que Assange seria “o primeiro editor processado sob a Lei de Espionagem dos EUA” da história, o que exclui a defesa do interesse público e estabelece “um precedente perigoso que poderia ser aplicado a qualquer meio de comunicação que publicasse histórias com base nos documentos vazados, ou mesmo qualquer jornalista, editor ou fonte em qualquer lugar no mundo”.

Ele repudiou a decisão da corte britânica, que chamou de “histórica por todos os motivos errados” e acrescentou que os documentos publicados por Assange “expuseram crimes de guerra e abusos dos direitos humanos pelos

quais ninguém jamais foi processado”.

“Assange foi alvo por suas contribuições ao jornalismo e defendemos este caso por causa de suas implicações perigosas para o futuro do jornalismo e da liberdade de imprensa em todo o mundo. É hora de parar esta perseguição de mais de uma década de uma vez por todas. É hora de libertar Assange”.

Que é a liberdade de expressão que está em jogo também foi assinalado pelo premiado jornalista norte-americano Chris Hedges, que assinalou que se Assange for “considerado culpado, isso criminalizará efetivamente o trabalho investigativo de todos os jornalistas e editores, em qualquer parte do mundo e de qualquer nacionalidade, que possuam documentos confidenciais para iluminar o funcionamento interno do poder”.

Hedges acrescentou que esse “ataque mortal à imprensa terá sido orquestrado, não devemos esquecer, por um governo democrata. Isso abrirá um precedente legal que encantar outros regimes totalitários e autocratas que, encorajados pelos Estados Unidos, irão alegremente prender jornalistas e editores, não importa onde estejam, que publiquem verdades inconvenientes”.

Leia a íntegra no site do HP

Pequim repudia sanções dos EUA contra mais empresas chinesas de alta tecnologia

A China condenou na sexta-feira (17) a nova e irracional fornada de sanções dos EUA contra empresas chinesas de alta tecnologia, anunciada na véspera, e afirmou que tomará “todas as medidas necessárias” para protegê-las, assinalou o porta-voz Wang Wenbin.

Na véspera, o Departamento de Comércio dos EUA adicionou 34 empresas e instituições chinesas à lista de entidades restritas na exportação. Outras oito empresas chinesas foram adicionadas pelo Departamento do Tesouro a uma lista negra de investimentos. O Congresso norte-americano aprovou a proibição de importações da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, na China.

A ação dos EUA minou severamente os princípios da economia de mercado e as regras da economia e do comércio internacional, disse Wang. “Instamos os EUA a corrigirem seus erros imediatamente, e a China tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar resolutamente os direitos e interesses legítimos das instituições e empresas chinesas”, acrescentou.

A crescente guerra tecnológica entre as duas maiores economias do mundo teve início sob o governo Trump e continuou sob o atual presidente, Joe Biden. Começando como uma disputa comercial e tarifária, o conflito logo se transformou em uma batalha em tecnologias essenciais, incluindo semicondutores, 5G e IA.

Desconsiderando o espírito da ciência, os EUA impuseram sanções até mesmo a 12 insti-

tuições chinesas de pesquisa médica, denunciou porta-voz do Ministério do Comércio chinês. Tal medida “viola os princípios humanitários e os valores comuns de toda a humanidade”, acrescentou o porta-voz.

“O desenvolvimento da biotecnologia na China sempre foi para o bem-estar da humanidade. As alegações do lado dos EUA são totalmente infundadas”, disse o porta-voz da embaixada chinesa em Washington, Liu Pengyu.

Além de tentar coibir o desenvolvimento da alta tecnologia da China, as sanções também se inscrevem no esforço de Washington para empurrar o mundo de volta a um clima de guerra fria, sob a cínica – e inverídica – alegação de que a China persegue sua minoria islâmica uigur de Xingiang.

Isso de parte de um país que por 20 anos esteve massacrando crentes islâmicos do Iraque ao Afeganistão, passando pela Síria, Líbia, Somália e Iêmen, centenas de milhares deles, sob o pretexto da “guerra ao Terror”.

Com todas as denúncias já tornadas públicas sobre os programas da CIA e da NSA de vigilância em massa, desde Snowden, as acusações de Washington mais parecem manifestações do conhecido mecanismo psicológico da ‘projeção’, sobre outrem, daquilo que o acusador é que comete.

Sem qualquer prova, o

Departamento do Tesouro acusa as empresas sancionadas de terem criado programas de reconhecimento facial usados para “determinar a etnia de um alvo”.

A empresa de inteligência artificial Megvii Technology Ltd, que está na lista, disse que “se opõe fortemente à medida” e considerou ignóbil a acusação de “criar um software customizado projetado para conduzir atividades de vigilância de minorias étnicas”.

LÍDER CHINESA DE IA

A Hangzhou Hikmicro Sensing Technology Co., Ltd., subsidiária do fabricante de equipamentos de videovigilância Hikvision, que está entre as 34 empresas da lista, disse que nunca desenvolveu, produziu e vendeu produtos militares chineses.

Hikmicro Sensing disse que a ação dos EUA de impedir a cooperação normal de negócios tem um impacto adverso não apenas sobre as empresas na lista, mas também sobre empresas americanas e firmas de outros países.

Em 10 de dezembro, a SenseTime, empresa líder em Inteligência Artificial (IA) da China, havia sido anexada à lista de proibição de investimento dos EUA de Biden, levando ao adiamento do IPO na Bolsa de Hong Kong de US\$ 767 milhões.

Materia completa no site do HP

A vitória de Gabriel Boric teve o apoio de uma ampla frente antifascista para possibilitar a derrota do retrocesso representado pelo pinochetista Kast

“Serei o presidente de todos os chilenos e todas as chilenas. Vocês serão protagonistas do nosso governo”, afirmou Gabriel Boric diante de uma multidão reunida no domingo no Centro de Santiago, comemorando sua vitória no segundo turno das eleições presidenciais.

A vitória de Gabriel Boric teve o apoio de uma ampla frente de forças políticas chilenas para possibilitar a derrota do retrocesso representado pelo candidato pinochetista, Antonio Kast.

Essa frente – que reuniu, além da coalizão que indicou Boric, o apoio, no segundo turno, entre outras, das forças que sucessivamente governaram o Chile no período que sucedeu a queda da ditadura pinochetista até 2010: a Democracia Cristã e o Partido Socialista – possibilitou uma vitória por uma diferença de mais de 11 pontos percentuais: 55,9% a 44,1%.

Ao agradecer o apoio de partidos políticos e às organizações sociais, Gabriel Boric afirmou que “esta mobilização não deve se esgotar em uma eleição. Este mesmo compromisso e entusiasmo será necessário durante todos os anos de nosso governo para que todas e todos possamos assegurar o processo de mudanças que iniciamos, para que ele possa seguir passo a passo”.

Abriando o discurso com uma saudação em mapudungu, a língua dos índios mapuches que formam “este lugar que chamamos Chile”, ele defendeu a imprensa livre, os direitos humanos e as mulheres.

“Eu sei e tenho claro que a história não começa conosco. Sinto-me herdeiro de uma longa trajetória histórica, daqueles que buscaram a justiça, a ampliação da democracia, essa é a minha grande família que gostaria de rever, pois estamos diante de uma mudança no ciclo histórico e não a podemos desaproveitar”, disse o novo presidente perante dezenas de milhares de pessoas na Alameda, avenida central da capital.

“Com a gente, no Palácio La Moneda entra o povo. Nosso compromisso será avançar nesse caminho com esperança e responsabilidade. Porque hoje a esperança venceu o medo”, assinalou.

Boric destacou que: “Um crescimento que se baseia na profunda desigualdade social tem pés de barro, apenas com coesão social, encontrando-se novamente e compartilhando poderemos alcançar um verdadeiro desenvolvimento sustentado que alcance cada família chilena”.

“Meu compromisso é zelar pela democracia todos os dias de nosso governo, e por uma democracia substantiva, onde bairros e populações tenham protagonismo, porque democracia sem povo não é democracia”, acrescentou Boric, eleito com o respaldo contundente de 4,6 milhões de eleitores, o mais votado na História do país.

“Teremos um Congresso equilibrado, o que nos convida ao diálogo e a grandes acordos que melhorem a qualidade de vida de nossos compatriotas. Saibam que em mim vocês encontrarão um Presidente aberto a ouvir e incorporar diferentes pontos de vista”, disse ele.

“Recebo este manda-

to com humildade e com enorme sentido de responsabilidade. Sei que nos próximos anos está em jogo o futuro do nosso país, por isso garanto que serei um Presidente que cuide pela democracia e que atenda dia após dia às necessidades das pessoas”, insistiu.

Boric também destacou o Servel (Serviço Eleitoral do Chile) “pelo trabalho impecável” durante o dia: “Simboliza o Estado de que precisamos: eficaz, imparcial, justo. Agradeço à mídia nacional e regional, por levar informações aos lugares mais remotos. A imprensa livre é o alicerce essencial da democracia e vocês são o seu veículo”.

“Quero deixar um agradecimento especial às mulheres de nosso país, que se organizaram em todo o território para defender os direitos que tanto lutaram por conquistar. Quero lhes dizer com muita força: contem com a gente, vocês serão protagonistas do nosso governo”, expressou.

Suas últimas palavras foram para chamar a comemorar com responsabilidade e citou o presidente Salvador Allende: “Esta noite devemos comemorar e o faremos com tranqüilidade. Convido-os a ir para casa com a alegria saudável da limpa vitória alcançada”, disse ele, assim como foi feito no triunfo de Allende em setembro de 1970.

“O trabalho que temos pela frente é enorme e vamos precisar uns dos outros, temos que continuar a ser um. Faremos isso governando com todas as pessoas, abrindo portas e construindo pontes. Vamos caminhar passo a passo, construindo a pátria justa, dia a dia”, acrescentou.

A Comissão Política do Partido Comunista do Chile, partido parceiro na coalizão Aprovecho Dignidade saudou a vitória de Boric. Segue a íntegra da nota:

Queridos companheiras e companheiros:

Neste momento de alegria e de triunfo do povo, ao eleger Gabriel Boric presidente, por uma grande maioria, recebam a saudação calorosa da Direção do Partido. Nos somamos a esta torrente de expressão popular nas ruas, praças e nossos lares.

O trabalho unitário da Aprovecho Dignidade, a força das mudanças exigidas pelo povo e a grande participação social têm sido a base para o triunfo e o serão para seguir avançando.

Chile e o mundo progressista esperam muito deste triunfo e não seremos nós quem os decepcionaremos. De nada lhes serviu o anticommunismo e as ameaças. O povo se pronunciou contra essa política de ódio, o que nos dá força para seguir adiante com toda nossa decisão e vontade em busca de nossos objetivos propostos.

O fascismo que emergia ameaçador foi derrotado. Os que prometiam aplastar o nosso partido foram derrotados. E o povo que se levanta vitorioso e nesta hora felicitações ao partido, por sua dedicação por seu trabalho, pela consequência em alentar os trabalhadores e as trabalhadoras e as organizações sociais. Por isso em nome de tantos e tantas que não estão, os abraçamos e os instamos a seguir adiante.

Comissão Política do PC Chile, Santiago, 19 de dezembro de 2021

O combate à discriminação e ao preconceito na construção nacional

Abaixo, o texto básico da intervenção do autor na 11ª Mesa – **Combater todas as formas de preconceito e discriminação** – do Seminário “**O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento**”, da Fundação Maurício Grabois, realizada no dia 17 de julho de 2021. O vídeo completo da Mesa está em <https://www.youtube.com/watch?v=ETmQtaKUQCg>

CARLOS LOPES

Antes de tudo, meus agradecimentos por participar deste seminário, considerando, ainda mais, a importância da questão abordada. Estou falando deste modo porque é a segunda vez que dele participo – mas, evidentemente, abordando questões diferentes.

Minha satisfação por estar junto a companheiras como a Olívia Santana, a Vanessa Grazziotin e a Gláucia Morelli, que cumprimento, assim como à coordenadora da Mesa, Jô Moraes.

Minha saudação, também, ao companheiro Renato Rabelo, presidente da Fundação Maurício Grabois, que promove este Seminário, assim como aos companheiros Nilson Araújo de Souza e Rosanita Campos, da Cátedra Cláudio Campos da Fundação.

Cumprimento, também, todas as companheiras e companheiros aqui presentes.

Meus amigos:

Vou me ater, aqui, à questão com que tenho mais lidado nos últimos anos – na verdade, nas últimas décadas –, que é a questão racial, em uma palavra, mais sintética, a questão negra ou questão africana no Brasil.

Entretanto, gostaria de fazer uma observação, algo óbvia, que vale tanto para a questão feminina quanto para a questão racial **em geral** – e não estou esquecendo que o problema da mulher negra é específico, uma vez que encontra-se na confluência de duas espécies de discriminação e preconceito.

Mas a questão **geral** é a seguinte: as mulheres e os negros – mais ainda, os “não-brancos”, se levarmos em conta o elemento indígena – constituem, no Brasil, a maioria da população.

Os negros não são uma minoria, como são nos Estados Unidos. Muito menos as mulheres são uma minoria.

Portanto, não é possível resolver os problemas específicos das mulheres ou dos negros – problemas que dizem respeito à discriminação, desigualdade, preconceito – senão resolvendo o que pode ser chamado de problema nacional.

O que é esse problema nacional?

A própria constituição do Brasil enquanto nação, enquanto país independente, livre da opressão e exploração coloniais ou imperialistas, com a construção completa, ainda que sempre em mudança, de um Estado nacional, isto é, um Estado próprio, assim como de uma economia própria e de uma cultura própria.

Isso não significa fechamento algum em relação a contribuições verdadeiras vindas do exterior; mas significa que o povo brasileiro – e já mencionei quem constitui a maioria desse povo – deve dirigir o seu próprio país.

Não é possível ter um país livre, independente, soberano, se este país é dominado por uma elite submissa a uma metrópole exterior.

E aqui permitam-me introduzir uma primeira observação sobre o racismo.

Aberrações que consideram que existem seres humanos inferiores a outros, têm como base, em geral, a sofreguidão por explorar e, com essa exploração de outros povos, ou de outros

seres humanos dentro do próprio país, acumular riquezas sob várias formas.

Asad Haider, em seu livro “**Armada da Identidade – raça e classe nos dias de hoje**”, lembra que nem sempre o racismo está associado à cor da pele. Seu exemplo é o racismo dos ingleses em relação aos irlandeses, em que, durante muitos anos, nem mesmo era crime, nos tribunais instituídos pela Inglaterra, o assassinato de um irlandês ou irlandesa por um inglês.

Porém, em nosso caso, é evidente que o racismo tem relação direta com o nosso passado escravista e o tráfico de seres humanos, desde a África, através do Atlântico, para o Brasil.

“**O Navio Negro**”, de Castro Alves, é o monumento literário imperecível dessa tragédia – uma tragédia que, por outro lado, criou um povo e uma nação do outro lado do Atlântico, na América, porém, nessas condições, com estigmas sociais, econômicos, ideológicos e culturais que ainda não foram superados na construção deste povo e desta nação.

Essa superação é, exatamente, o que compete à realização de um projeto nacional de desenvolvimento.

O que vou expor em seguida, foi desenvolvido, na maior parte, no trabalho do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), presidido pelo professor Eduardo de Oliveira, e junto a companheiros como Alfredo de Oliveira Neto, Ubiraci Dantas de Oliveira, Cleide Almeida e Irapuan Santos.

A chave do enigma, ou a solução do problema, é que somente é possível liquidar com o racismo através da transformação do país em uma nação – e, mais ainda, somente é possível transformar o país em uma nação com a liquidação do racismo.

Não nos deteremos aqui naquelas que alegam que não existe racismo em nosso país porque não existem raças entre os seres humanos; pelo contrário, o fato de não existirem raças entre os seres humanos torna o racismo ainda mais abominável, mais delirante – e mais criminoso.

Devo alertar que deixarei para depois – espero que logo – a abordagem da chamada “pauta identitária”. Mas estou de acordo com Sílvio Almeida, em seu prefácio ao livro de Haider, quando ele escreve:

“O identitarismo é uma das formas assumidas pela ideologia neoliberal, que cultua o hiperindividualismo, o empreendedorismo, as ‘metas’ e que, ao mesmo tempo, justifica a destruição do valor da solidariedade e dos mecanismos estatais de proteção social. Com isso, fica aberto o espaço para o extermínio da população negra e indígena e para o encarceramento em massa como métodos de controle da pobreza” (Sílvio Luiz de Almeida, prefácio da edição brasileira de Asad Haider, “**Armada da Identidade – raça e classe nos dias de hoje**”, Veneta, 2019, p. 18).

Então, voltando ao racismo no Brasil, vejamos um trecho, muito conhecido, de um abolicionista branco, Joaquim Nabuco, em um livro publicado em 1883, portanto, há 138 anos, cinco anos antes da Abolição da escravatura. Diz Nabuco:

“Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que



Luiz Gama, em desenho de 1882 do amigo e discípulo Raul Pompeia, o romancista de “O Ateneu”

referência pejorativa à sua raça. Foi essa “cabrada” que fez as tropas portuguesas retirarem-se para a atual Niterói – e, de lá, de volta à Europa –, garantindo a Independência na capital do país. Poderíamos recuar mais ainda.

Porém, como o nosso objetivo não é elaborar uma mini-História do Brasil, mas apenas apontar a especificidade da questão racial entre nós, resumamos rapidamente, mencionando duas épocas: a da chamada Conjunção Baiana, ou Revolta dos Alfaiates, em 1798, e o século anterior, com a resistência nativista aos holandeses, e a poesia de Gregório de Matos.

Na Revolta dos Alfaiates, todos os executados e esquartejados eram negros.

A resistência nativista aos holandeses seria impossível, menos ainda a sua vitória, sem os negros e índios – que lá estavam, sem dúvida, porque o domínio holandês não era bom para eles.

Quanto à poesia de Gregório de Matos, apesar do poeta ser branco, pela primeira vez os negros, suas palavras e suas figuras, aparecem em literatura no Brasil. Existe em Gregório algum preconceito contra os mestiços – mas não se estende às mulheres.

Vejamos, então, a grande personalidade do abolicionismo, Luiz Gama.

Em sua defesa de José do Patrocínio, atacado em um jornal paulista no ano de 1880, escreveu o grande Gama:

“Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, ao través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade”.

Gama, além disso, demole as pretensões aristocráticas – isto é, as pretensões de pureza racial – da elite escravocrata. Por exemplo, um de seus sonetos em “**Primeiras Trovas Burlescas de Getulino**” termina com os seguintes tercetos:

Eis que brada um peralta retumbante;

– “Teu avô, que de cor era latente,

“Teve um neto mulato e mui pedante!”

Irrita-se o fidalgo qual demente,

Trescala a vil catanga nauseante,

E não pôde negar ser meu parente!

O sentimento de pertencer ao Brasil – inclusive mais, muito mais, do que os escravocratas – perpassa a obra literária, política e jurídica de Luiz Gama.

De certa forma, a condensação desse sentimento – e das ideias que lhe correspondiam – formou a personalidade de Gama e tornou-a um polo de atração para homens como Rui Barbosa, Raul Pompeia, Lúcio Mendonça e tantos outros. Gama, como se sabe, foi grão-mestre de uma Loja Maçônica composta por brancos republicanos e abolicionistas e seu funeral foi a maior manifestação popular já acontecida até então na capital paulista – em plena escravidão.

Continua no site

descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar” (cf. Joaquim Nabuco, “**O Abolicionismo**”, Abraham Kingdon e CA., Londres, 1883, p. 21).

Logo em seguida, Nabuco diz que “*a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua*”.

Tudo isso é verdadeiro. E não se pense que Nabuco, apesar disso, não tenha enxergado a infâmia do preconceito especificamente racista. Um pouco antes dos trechos que acabamos de citar, ele escreve:

“A raça negra não é, tampouco, para nós, uma raça inferior, alheia à comunhão, ou isolada desta (...). Para nós, a raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro”.

Outra vez, tudo isso é muito certo. Porém, após o falecimento de Machado de Assis, em 1908, Joaquim Nabuco enviou a José Veríssimo, que fizera o obituario do grande escritor de “**Brás Cubas**” e “**Quincas Borba**”, uma carta, em que dizia:

“Seu artigo no Jornal está

belíssimo, mas esta frase causou-me arrepio: *‘Mulato, foi de fato um grego da melhor época’*. Eu não o teria chamado mulato (...). Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir o artigo a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa. O Machado para mim era branco (...): quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego”.

Pode-se perguntar se este Nabuco de 1908 é o mesmo Nabuco de 1883, que mencionamos acima. Ou seja, se o Nabuco de antes da Abolição é o mesmo Nabuco de depois da Abolição.

Parece uma questão ociosa. Mas a resposta tem importância para expor uma das faces – e não é uma face pouco importante – do racismo.

Nabuco parece considerar os negros – segundo ele, tão numerosos no Brasil do final do século XIX quanto os brancos – altamente virtuosos, no que se refere ao trabalho **manual**, ou seja, naquilo que, na sua concepção, exige pouco uso do cérebro.

Porém, quando se trata de qualidades **intelectuais**, como as demonstradas por Machado de Assis, ele prefere que um negro (ou, como disse José Veríssimo, um mulato) seja considerado branco – e até grego, ao invés de brasileiro.

Mesmo sem grande aprofundamento, que o tempo não nos permite, é evidente como o racismo se manifesta, aqui, como um preconceito contra o trabalho, visto como trabalho manual.

Para a maioria de nós, é chocante quando percebemos que existem pessoas, na sociedade atual, que, simplesmente, não trabalham, são apenas parasitas sociais. Em outras literaturas – por exemplo, na literatura francesa – esse tipo de rico, que tem uma vida pública composta de festas e jantares, até mesmo se tornou um tipo também literário.

Se isso existe hoje, no capitalismo, imaginemos em uma sociedade escravagista, como era a do Brasil durante o Império.

Sabemos como Pedro II considerava o trabalho manual indigno – ao ponto de atrair-se com Mauá no lançamento de

uma ferrovia, em que estava lhe destinada a execução de um simbólico movimento de pá na terra.

No escravagismo, portanto, muito mais do que no capitalismo, a discriminação racial se confundia com a exploração de classe, para manter uma classe de proprietários que era essencialmente ociosa.

Evidentemente, a Abolição da escravatura não aboliu essa ideologia de desprezo pelo trabalho, até porque não houve, logo depois da escravidão, o desenvolvimento pleno do capitalismo.

Os ex-escravos – e aqueles que já não eram mais escravos quando da Abolição – amontoaram-se nos cortiços das cidades, na periferia delas, nos morros e nas parcelas rurais.

No entanto, há características da sociedade brasileira, mesmo durante o escravagismo, que merecem atenção porque são bastante específicas.

Como se explica que, numa sociedade escravagista, onde o escravo era o africano, o maior escritor de sua época – **reconhecido por todos** – fosse um negro, um descendente de africanos, Machado de Assis?

Como se explica que, mesmo no Senado do Império, composto quase totalmente por escravocratas, houvesse um senador negro, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, herói da Guerra da Independência, pioneiro abolicionista e adversário da política do Império no Prata?

Como se explica que Tobias Barreto – segundo todas as descrições, um negro, um mestiço – tivesse tanto sucesso na Escola de Direito do Recife, e além dela?

Existe, na composição de nosso povo, algo que foi notado muito precocemente.

Maria Graham, que esteve no Brasil na época da Independência, descreve a diferença de cor entre os brasileiros e os portugueses, entre os que lutavam a favor e contra a Independência do país.

Os portugueses, aliás, chamavam aos brasileiros de “cabras”, o que era um nome ofensivo para designar os mestiços. O próprio D. Pedro – depois D. Pedro I – em uma carta ao pai, D. João VI, fala que as tropas portuguesas, rebeladas contra ele, chamavam os brasileiros de “cabrada”, em